

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO OFERECIDA AS
CRIANÇAS ABRIGADAS**

Marizia Varjão Da Gama

SÃO CRISTOVÃO

2010

MARIZIA VARJÃO DA GAMA

**UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO OFERECIDA AS
CRIANÇAS ABRIGADAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Sergipe
como um dos pré-requisitos para obtenção do título de
graduação em pedagogia, sob a orientação da professora
doutora Yolanda Dantas de Oliveira.

SÃO CRISTOVÃO

2010

MARIZIA VARJÃO DA GAMA

**UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO OFERECIDA AS CRIANÇAS
ABRIGADAS**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de graduação em pedagogia, à comissão julgadora da Universidade Federal de Sergipe

Aprovada em 13/12/2010

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Yolanda Dantas de Oliveira.
ORIENTADORA

Professora Doutora Iara Maria Campelo Lima
EXAMINADORA- UFS

Professora Doutora Maria Cristina Martins
EXAMINADORA-UFS

Dedico este trabalho a todas as crianças do Abrigo pesquisado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar concluindo esta graduação, por sua força e amparo nos momentos difíceis, pois sem Ele, não seria possível a sua realização, e conseqüentemente não estaria aqui, desfrutando, destes resultados.

Aos meus familiares, pela dedicação e compreensão, em todos os momentos desta e de outras caminhadas.

A minha orientadora professora doutora Yolanda Dantas de Oliveira pela paciência, compreensão das minhas dificuldades, e por toda a orientação sobre qual a melhor maneira de chegar ao objetivo. Contribuindo assim para a minha formação acadêmica. Muito Obrigado.

A professora doutora Silvana Aparecida Bretas, por ter me instigado a pesquisar sobre Educação Infantil.

E a professora doutora Maria Neide Sobral e aos demais professores do Departamento de Educação por terem contribuído para minha formação.

E em especial a todas as crianças do Abrigo, as quais me proporcionaram muitos momentos de felicidade, e que sentirei saudade.

*Estou aqui, à sua espera
Pra você me ensinar a ser feliz.
Cuida de mim...
Pois no futuro eu serei aquilo que você me diz!
Te querendo, exatamente, da maneira que me quis
Não se esqueça que eu sou seu aprendiz.*

*Pensa com a cabeça, usa a inteligência e coração
Olha do seu lado: tanta gente teve tudo e acabou na solidão.
Cuida da semente, você vai colher aquilo que plantou.
Trata bem da gente, pois você será tratado da maneira que ensinou.*

*Não se esqueça que o tempo passa; não se esqueça que já foi criança...
Que depende de você a beleza que esse mundo pode ter.
Não se esqueça que o tempo passa; não se esqueça que já foi criança.
Se você cuidar de mim, se você me der amor; amor vai receber!*

RESUMO

Este trabalho constitui um estudo de caso, cujo objetivo foi de analisar a educação oferecida às crianças abrigadas, em uma instituição situada no município de Aracajú – SE. O Abrigo investigado atende crianças de zero a seis anos, abandonadas ou em situação de risco pessoal e social. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo que utilizou procedimentos de observação e consulta a documentos oficiais da instituição. Com isso, procurou-se verificar o que cotidianamente é oferecido/proposto para as crianças, e como as crianças respondem a tais propostas, observando também como se realiza a rotina diária de trabalho com as crianças no interior da instituição, quais as atividades relativas à higiene corporal, alimentação, repouso, brincadeiras, aquisição e ampliação de conhecimentos e como se dão as interações crianças/crianças, crianças/adultos no interior da instituição.

Criança, Abandono, Situação de risco, Educação, Abrigo

ABSTRACT

This paper is a case study, whose objective was to examine the education offered to children sheltered in an institution located in the city of Aracaju - SE. The Shelter investigated serves children aged zero to six years, abandoned or at personal and social risk. To this end, was performed a field study that used procedures of observation and consultation with the institution's official documents. Thus, we tried to check what is offered/proposed daily for children and how children respond to such proposals, noting also how routine daily work is performed with children within the institution, which activities related to hygiene, nutrition, rest, play, purchase and expansion of knowledge and how occur children/children, children/adults interactions within the institution.

LISTA DE TABELAS

Tabela-1: Motivo do Abrigamento.....	38
Tabela-2: Idade das Crianças.....	42
Tabela-3: Tempo de permanência das crianças.....	45

LISTA DE SIGLAS

CAPs - Centros de Atenção Psicossocial

CEMEC - Centro de Estudos Eronildes Carvalho

CENAM - Centro de Atendimento a Menores

CEO - Centro de Orientação e Observação

CIJ - Coordenadoria da Infância e da Juventude

DNCr - Departamento Nacional da Criança

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FEBEM-SE - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Estado de Sergipe

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

LBA- Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NAIA - Núcleo de Apoio a Infância e a Adolescência

NUTRAC - Unidade Operativa do Núcleo de Trabalho Comunitário de Sergipe

PIA- Plano Individual de Atendimento

PNBM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

RPM - Recolhimento Provisório de Menores

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SEIDS – Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância.

USIPE - Unidade Provisória.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE TABELA.....	9
LISTA DE SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I - A CRIANÇA ABRIGADA NO BRASIL.....	16
1.1- Valorização da Criança.....	17
1.2- A Pratica de Abrigar Crianças.....	19
1.3- O Asilo de Crianças como uma Política Publica.....	22
1.4- Política publica para a infância abandonada em Sergipe.....	26
CAPITULO II - O ABRIGO SANTA TEREZINHA E AS CONDIÇÕES EM QUE OCORRE O ABRIGAMENTO.....	31
2.1 - A arquitetura do Abrigo.....	32
2.2 – Funcionários do Abrigo.....	33
2.3 -As crianças abrigadas.....	34
2.3.1- O que concorre para o abrigamento de crianças.....	34
2.4-De perto quem são, como são e como vivem as crianças que chegam ao abrigo e suas famílias.....	38
2.4.1- Tempo de permanência das crianças no Abrigo.....	39
2.4.2- Crianças que se encontram em situação de adoção.....	42
2.5- As famílias das crianças abrigadas.....	42
CAPITULO III – AÇÃO EDUCATIVA DO ABRIGO: O DIA A DIA DA CRIANÇA NA INSTITUIÇÃO.....	45
3.1- Rotina diária das crianças na instituição.....	45
3.1.1 - Relacionamento das crianças com os adultos e com seu pares.....	51
3.1.2 - Maus tratos no Abrigo.....	53
3.2- A atuação do abrigo Santa Terezinha: em que consiste.....	53
3.3 - O dia de ver os pais.....	54
3.4 – A espera pela adoção.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERENCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco a prática educativa do Abrigo Santa Terezinha¹, localizado na cidade de Aracajú - SE, que atende crianças em idade de 0 a 6 anos.

O objetivo da pesquisa realizada foi o de analisar a proposta educativa dessa instituição, em ação, verificando o que cotidianamente é oferecido/proposto para as crianças abrigadas, e como elas respondem a tais propostas.

A pretensão, em especial, foi a de compreender/ analisar a ação educativa do Abrigo referido, em relação às crianças que vivem ali. Para tanto, observou-se a atuação da instituição em relação às crianças pelas quais é responsável, buscando compreender o papel que esta ocupa como família substituta destes sujeitos, que são abrigados com problemas de agressão, abandono familiar entre outros. Procurou-se refletir sobre formas de ação pertinentes considerando essa problemática identificada.

O interesse pelo tema surgiu do contato direto com a instituição, motivado pelo estágio não obrigatório que lá realizo há dois anos. Esse estágio me permitiu conhecer histórias de crianças que foram abrigadas nesse período, e também em períodos anteriores, mas que ainda permanecem abrigadas. Contribuiu também para a escolha desse tema, a participação em um evento realizado pelo Ministério Público, que reuniu todas as crianças abrigadas em Aracajú; este foi o ponto crucial em decidir por esse tema.

Impressionou-me o número de crianças que vivem em situação de abrigamento em Aracajú, sendo esta, uma realidade pouco divulgada. Embora seja uma medida de proteção que não pode ser alardeada, o fato é que constitui um problema social grave e que poucos conhecem.

Predominantemente as crianças abrigadas são oriundas de famílias com poucos recursos financeiros, são retiradas do convívio familiar, por motivo de maus tratos, exposição a riscos, abandono etc. São casos impressionantes, principalmente por se tratar de crianças muito pequenas. É, sobretudo, nos anos iniciais da vida, em que as crianças são mais dependentes da ação do adulto, é nesse período que elas mais precisam do carinho e do afeto familiar ou das pessoas que lhes oferecem proteção e proveem suas necessidades básicas.

1 - Como forma de manter a privacidade da instituição onde se realizou a pesquisa, optou-se neste estudo por nomeá-la como Abrigo Santa Terezinha, sendo este, portanto, um nome fictício.

Apesar das famílias das crianças abrigadas não terem condições financeiras para criar seus filhos, contraditoriamente, como indicam os documentos consultados, é nessas famílias, em geral, onde se encontra o maior número de crianças; muitas delas têm um filho por ano, o que dificulta ainda mais a vida e a criação da prole, pois quanto mais crianças, mais difícil fica de alimentá-las, vesti-las e educá-las. Desse modo, problemas como “descaso” como se denomina no interior das instituições, e maus tratos às crianças, tendem a se avolumar, com essa observação não pretendemos fazer generalizações que afirmem que todos os pobres têm muitos filhos e por isso não conseguem criá-los. Porém é um fato que a maioria dessas famílias tem filhos acima da média, que no Brasil é de 2 a 3, com isso as dificuldades para criá-los aumentam.

Assim, este estudo tem como preocupação central analisar como o abrigo Santa Teresinha conduz a reintegração social das crianças que vivem sob a sua tutela.

O pressuposto adotado nesta pesquisa é que, a educação institucional é decisiva para o desenvolvimento dos sujeitos tanto do ponto de vista intelectual como social. Tal pressuposto é neste estudo considerado fundamental, sobre tudo para o entendimento da ação educativa de uma instituição que, para muitas, crianças constitui a única referência que têm nos anos iniciais da sua formação. É raro, mas é possível encontrar situações em que o Abrigo constituiu a única referência em toda a vida do sujeito. Durante a pesquisa encontramos um adulto que passou a vida toda em Abrigos, foi abrigado quando criança e hoje está com mais de 40 anos e continua vivendo em uma instituição, se negando a sair desta, pois é a única “casa” que conhece.

Em relação ao pressuposto acima, é pertinente destacar o que diz Piaget, embora não seja ele um teórico da educação; esse estudioso da psicologia destaca que todo individuo tem o direito de se desenvolver normalmente, “em função das possibilidades de que dispõe” e que é obrigação da sociedade “transformar essas possibilidades em realizações efetivas e úteis” (PIAGET 1971,p.41)

Esse entendimento impôs, portanto, no que se refere a esta pesquisa, a necessidade de responder as seguintes questões: como se configura a proposta educativa do Abrigo Santa Teresinha? Qual a concepção de educação/assistência que norteia o atendimento realizado? De que maneira o Abrigo Santa Teresinha contribui para o processo de reintegração familiar da criança?

Para responder a essas questões foram estabelecidos os objetivos específicos que seguem:

- Analisar como se realiza a rotina diária de trabalho com as crianças no interior da instituição.
- Analisar os objetivos das diversas atividades propostas para as crianças, relativas á higiene corporal, alimentação, repouso, brincadeiras e aquisição e ampliação de conhecimentos.
- Verificar como se realizam as interações diárias entre os adultos e as crianças, e entre estas com os seus pares.

Para a realização desta pesquisa foram analisados os Documentos Oficiais da instituição: fichas individuais das crianças abrigadas, relatórios de visitas domiciliares e outras anotações do Abrigo. Procuramos analisar mais precisamente os dados das crianças que estiveram no Abrigo no período de Janeiro a Novembro de 2010; os que chegaram e permaneceram durante esse período; os que chegaram, mas não permaneceram e os que chegaram em anos anteriores e permaneceram no Abrigo durante a pesquisa.

Esta pesquisa foi orientada pelo principio sóciointeracionista, desenvolvido por Vygotsky que afirma o homem como ser histórico/cultural. Sendo assim, como ser que se constitui como tal nas interações com o meio social em que vive. Para esse estudioso da psicologia o tornar-se homem resulta do entrelaçamento das suas condições potenciais, que são naturais, com o meio sociocultural.

Desse principio resulta que a família e as demais instituições que atuam em favor da criança, são essenciais no seu processo de desenvolvimento e formação. Assim, a atuação de tais instituições é crucial nesse processo.

Para analisar a ação educativa do Abrigo selecionado, tomamos de empréstimo, de Kuhlmann Junior (1998), o conceito de educação assistencialista. Para esse autor, toda ação das instituições, historicamente concebidas como assistenciais, são em si educativas independente da vontade daqueles que a realiza. Educação não se resume a aspecto do intelecto. A instituição que passa o dia com uma criança exerce sobre ela uma ação educativa.

Orientou também este trabalho o entendimento de que a pesquisa faz um recorte da realidade, mas que essa parte da realidade tem uma intrínseca relação com o todo. É nesse entendimento que situa o estudo de caso, opção feita para este estudo.

Inicialmente, foi feito um levantamento do número de crianças abrigadas e do tempo de permanência no Abrigo. Na sequência foram realizadas entrevistas com os funcionários da instituição, aplicação de questionários, sendo que apenas trinta e dois se prontificaram a responder as questões. Esses procedimentos foram realizados concomitantes às observações. Após a coleta, os dados foram lidos, categorizados e analisados de forma breve, devido o limite de tempo para a realização desta pesquisa.

Orientadas por uma revisão bibliográfica prévia acerca do tema deste estudo. A bibliografia relativa à História Social da Criança proporcionou uma melhor compreensão sobre a história da criança abandonada, da prática de abrigamento no Brasil e sobre as políticas públicas para o trato da questão em foco.

O estudo está organizado em três capítulos. O primeiro apresenta o histórico da criança abrigada no Brasil, que focaliza desde a época da colonização aos dias atuais. O segundo capítulo retrata a realidade da instituição pesquisada: quem são as crianças abrigadas, o motivo pelo qual foram abrigadas, tempo que permanecem na instituição, e quem são os funcionários responsáveis por elas durante esse tempo. No terceiro capítulo é focalizado o trabalho no cotidiano da instituição.

CAPITULO I

A CRIANÇA ABRIGADA NO BRASIL.

Atualmente é relativamente vasto o número de estudos e pesquisas sobre a infância, o que mostra que nos últimos anos ela conquistou certo grau de importância, embora isso não tenha ocorrido de forma linear, houve avanços marcados por retrocessos e permanências.

No presente, muitas conquistas, no que se refere à infância, podem ser contabilizadas, sobretudo as que ocorreram no plano legal, mas ainda não é rara a existência de situações que mostram, por exemplo, a escravização de crianças pela exploração do trabalho infantil, violências de diferentes formas, cometidas pelos próprios familiares e também por estranhos, de ordem física, sexual e psicológica; prostituição infanto-juvenil, entre outras.

No Brasil, o abandono de crianças ainda é uma realidade que nos afronta. Para fazer frente a essa realidade o poder público vem mantendo a prática histórica de asilar ou abrigar crianças. Os Estados brasileiros mantêm abrigos com o objetivo de tirar crianças da rua, ou de qualquer outra situação de risco.

No presente, ciências como a psicologia, a sociologia, a pedagogia, a psicanálise e a história têm tomado a criança, como objeto de estudo, cada uma na sua área, porém, voltadas para o mesmo objetivo que é entendê-la na sua especificidade e nas suas relações com o meio social, histórico e psicológico em que vive.

Podemos dizer que o processo de valorização da criança é secular, embora por muito tempo ela tenha sido tratada tal como um adulto.

Hoje, diferentemente do que ocorria há séculos atrás, a criança ocupa um lugar de destaque na sociedade e é lançado sobre ela um novo olhar; ela é vista como um ser particular. Para entender melhor essas mudanças é necessário recapitular um pouco da sua história.

1.1- Valorização da Criança

Durante séculos as crianças foram vistas como adultos em miniatura, que podiam ter responsabilidades de adultos, conforme indicam os estudos de Ariés (1988), Vasconcellos/Sarmiento (2007) e Del Priore (2002). Segundo esta última autora, ”mais do que lutar pela sua sobrevivência, tarefa que educadores e médicos compartilhavam com os pais, procurava-se adestrar a criança, preparando-a para assumir responsabilidades” (DEL PRIORE, 2002, p.104).

Os séculos XVII e XVIII, constituem um período histórico em que ocorreram mudanças profundas na sociedade, devendo-se destacar a contribuição da ciência que em especial, possibilitou o reconhecimento da singularidade da criança que adquire.

[...] um caráter distintivo, constituindo-se como referenciadora de um grupo humano que não se caracteriza pela imperfeição incompletude ou miniaturização do adulto, mas por uma fase própria do desenvolvimento humano (SARMENTO/VASCONCELOS, 2007, p.28).

A partir desse período, com as mudanças que foram acontecendo, a infância e a criança foram sendo vistas por outro ângulo; principalmente com os movimentos culturais e religiosos da época do iluminismo e do protestantismo, a criança foi deixando de ser vista como adulto, passando a receber um tratamento diferenciado.

Embora uma nova forma de se compreender a criança viesse, desde então, se constituindo, na prática, o tratamento a ela dispensado passou a ocorrer de acordo com determinados códigos sociais. “O reconhecimento de códigos de comportamento e o cuidado com o aspecto exterior eram fenômenos naquele momento em via de estruturação até mesmo entre crianças” (DEL PRIORE, 2002, p.104).

Esses códigos eram muito diferenciados de acordo com as classificações sociais: os escravos, os ricos, os pobres, os órfãos e os abandonados. Apesar das diferenças, as crianças assim classificadas, tinham em comum a idade, e a essas crianças (pobres, ricos, escravos, abandonados e órfãos) também convinha uma formação cristã; no mais, eles eram moldados da forma que era condizente com os interesses sociais da época: os ricos permanecem no lugar dos ricos e os pobres no lugar dos pobres (DEL PRIORE, 2002). Autores como Freitas (2001) e Vasconcellos/Sarmiento (2007) destacam a infância como uma construção social e,

desse modo, enfatizam que “a cultura molda a infância”, o que contraria a idéia de uma natureza universal.

Com a formação cristã as crianças recebiam cuidados religiosos, entre eles o batismo, o que na Idade Média ocorria esporadicamente, pois as mães não demonstravam muito interesse por batizar de imediato seus filhos, até porque o batismo era ministrado apenas duas vezes por ano, na véspera da Páscoa e na véspera de Pentecostes; como não havia registros, nem certidões, nada obrigava a realização do batismo, ocorrendo então quando bem se entendia. Até que os pastores medievais se inquietaram com essa situação fazendo com que os cultos de batismo fossem realizados em vários locais e com mais freqüência, forçando as famílias a batizarem seus pequenos cada vez mais cedo. Como forma de obrigar os pais a batizarem seus filhos mais cedo, “a igreja dava-lhes apenas oito dias de tolerância para a cerimônia”, pois era certo que as crianças inocentes que morriam depois do batismo, sem terem o uso da razão, “iam direto para o céu sem passar pelo purgatório” (DEL PRIORE 2002,p.94).

Existia uma idéia de que as crianças tinham uma alma que seria salva com a realização do batismo - ainda existem muitas imagens da Idade Média em que a alma era representada por uma criança nua, essas imagens eram denominadas de anjos (ARIÉS,1988).

As crianças negras e as brancas recebiam o batismo, sendo que o batizado das crianças brancas era realizado no oratório da casa grande, por eclesiástico amigo da família, com uma cerimônia que servia como pretexto para receber os amigos em visita ao pequeno, e era sempre realizado no final da tarde que terminava com uma grande noitada (DEL PRIORE, 2002).

Segundo Kuhmann Junior, no Brasil as intenções de valorização da infância só se aprofundaram realmente a partir do avanço científico e tecnológico. Só então ganharam força as instituições “como a escola primária, o jardim de infância, a creche, os internatos reorganizados, os ambulatórios, as consultas as gestantes e lactantes, as Gotas de Leite” (KUHLMANN, 1998, p.28).

1.2 A pratica de abrigar crianças

A pratica de abrigar crianças no Brasil é contemporâneo ao período da colonização. As crianças vindas de Portugal eram as principais vítimas nas embarcações, no trajeto de lá para cá. Denominadas como grumetes, pagens, órfãs do rei e passageiros, elas eram exploradas, sofrendo opressão e violência, conforme mostram os estudos de Del Priore (2002).

Os grumetes eram crianças entre nove e dezesseis anos, oriundas de famílias pobres das áreas urbanas; órfãos desabrigados ou pedintes, que eram recrutados pela coroa portuguesa e embarcados para o Brasil e outras localidades. Eram os que mais sofriam, pois eram tratadas como animais e tinham as piores condições nas embarcações, alojados no convés, dormiam ao relento no sol ou na chuva, muitas vezes vindo a falecer. Eles trabalhavam na cozinha, limpavam as dependências dos oficiais, levavam as munições para os canhões e demais armas de fogo; nos momentos de conflitos, cuidavam da estribaria, já que os navios eram transformados em fazendas ambulantes para que não faltassem alimentos a tripulação

Nas embarcações o número de crianças, muitas vezes, ultrapassava o número de marinheiros, devido a dificuldade de arranjar mão de obra e por que estas consumiam menos alimentos que um adulto (DEL PRIORE, 2002).

Tanto os grumetes como os pagens não pareciam ser crianças e sim adultos em um corpo infantil, sendo que os pagens provinham de camadas sociais diversificadas, ou seja, de famílias protegidas pela nobreza, famílias de baixa nobreza ou de família portuguesa pobre, o que os diferenciava dos primeiros, e fazia com que eles tivessem ocupações menos árduas; trabalhavam servindo aos oficiais da embarcação com a possibilidade de “alcançar melhores cargos na marinha” (DEL PRIORE, 2002,p.29).

As crianças órfãs pobres, do sexo feminino, mesmo que fosse a orfandade de pai ou de mãe, eram arrancadas à força dos braços de seus familiares, e embarcadas como “órfãs do rei”. Elas recebiam um tratamento especial, pois eram destinadas ao casamento com os homens que viviam nas colônias portuguesas, sendo, assim, protegidas dos religiosos a bordo para que chegassem ao seu destino, ainda virgens.

Os “miúdos” eram outra categoria de crianças nas embarcações, esses eram menores de cinco anos que acompanhavam seus pais, sendo que alguns ainda de colo.

Independente da idade, todas essas crianças sofriam maus tratos, sendo muitas vezes ameaçadas de morte; havia ainda casos de estupros praticados por marujos ou oficiais contra as crianças, independente da idade delas.

As crianças camponesas não eram recrutadas, porque eram necessárias ao trabalho na agricultura, tão importante para a economia portuguesa, então essas eram poupadas da exploração e opressão nas embarcações, porém eram exploradas como força de trabalho no campo.

No final do século XVIII passou a ser exigido limites etários mínimos, e preparação para os candidatos à profissão de marinheiro, com isso, aos poucos, as crianças foram sendo retirada das forças armadas, surgindo daí outra forma de recrutamento para as crianças órfãs e desamparadas: foram criadas, junto as Santas Casas de Misericórdias as Casas dos Expostos, nascendo assim no Brasil o abrigo de crianças.

Segundo Freitas, antes da implantação das Rodas dos Expostos nas Santas Casas de Misericórdias, os bebês eram criados por famílias, tanto por um pacto de caridade, quanto por que essas tinham interesse na mão de obra gratuita dessas crianças quando elas crescessem (FREITAS 2001). A Roda dos Expostos era uma instituição assistencial que acolhia crianças enjeitadas e abandonadas, esse modelo assistencialista durou da época colonial até meados do Século XX. Recebeu esse nome porque funcionava com uma roda implantada nas paredes das Santas Casas, onde tinha um cilindro em que eram colocadas as crianças enjeitadas, sem que as pessoas que o faziam fossem identificadas por quem estava do lado de dentro da instituição; isso fazia com que mães solteiras ou adúlteras não cometessem o aborto ou infanticídio que se alastravam no país, colocando seus filhos na roda para serem cuidados. Segundo Rizzini (1993), o índice de mortalidade infantil continuava muito alto, devido à tuberculose, à sífilis, à herança alcoólica, à dieta inadequada e insuficiente e à falta de higiene e cuidados com as crianças, mesmo nessas instituições onde as crianças deveriam ser cuidadas e protegidas. Conforme é destacado também por Rizzini(2008),

Relatórios médicos, discursos políticos (em geral, médicos e juristas) e reportagens nos jornais mencionavam instituições repletas de crianças que eram abandonadas em

grande numero por pais apontados como inescrupulosos e irresponsáveis; relatórios e depoimentos de médicos denunciavam um índice alarmante de mortalidade que chegava a 80% nos asilos, que abrigavam crianças expostas, crianças entregues a ociosidade e ás más influencias pelas ruas da cidade (RIZZINI, 2008 p.89-90).

A primeira Casa dos Expostos no Brasil surgiu em 1726 na Bahia, seguida do Rio de Janeiro e Recife, todas do século XVIII; com a independência foi criada mais uma casa em São Paulo.

No decorrer dos séculos XVII a XIX, em virtude do deslocamento do domínio da Igreja, em parceria com o público e o privado, para o domínio do Estado, as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes (asilos) perderam a condição caritativa², passando para uma fase filantrópica³, o que fez com que surgissem, varias outras Casas de Expostos, por iniciativa privada, mas recebendo subsídios públicos, porém, apresentando cada vez mais condições precárias para atender as crianças (FREITAS, 2001; RIZZINI, 2008). Sobre tal “parceria”, Rizzini (1993) faz a seguinte observação:

Não devemos entender que a entrada do Estado na esfera da assistência privada significasse um total controle sobre esta, não sendo, portanto, de nenhum interesse para as instituições particulares esta aliança com o “poder público”. Ao contrario, este tipo de aliança trazia vantagens também para a beneficência privada. A utilização pelo Estado da rede particular de assistência representava para esta uma maior disponibilidade de recursos governamentais, que sempre foram escassos (RIZZINI, 1993).

Verifica-se na literatura consultada que quando as crianças completavam o tempo de permanência nas instituições particulares, tais instituições não apresentavam mais interesse em relação a elas, pois, as amas deixavam de receber o subsídio do Estado, correspondente a essas crianças, que eram jogadas a própria sorte.

As crianças que deixavam os abrigos passavam a viver perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas e pequenos furtos; para evitar essa situação, em alguns casos, elas eram enviadas para casas de famílias que pudessem recebê-las como aprendizes de algum ofício ou para as Companhias de Aprendizes de Marinheiro ou de Aprendizes de

2 - A condição caritativa refere-se à fase de atuação da igreja, associada aos setores públicos e privados.

3 - A assistência filantrópica difere da caridade nas suas finalidades métodos e na aproximação com as ciências, inicialmente médica e jurídica (Rizzini, 1993).

Arsenal de Guerra, uma dura realidade profissionalizante de desvalidos na disciplina militar (FREITAS, 2001).

Muitas vezes, as crianças enquanto estavam nas instituições, morriam e a ama-de-leite⁴ e responsável por elas não declarava a morte para continuar recebendo salário como se tais crianças estivessem vivas.

Com a intenção de retirar das ruas as crianças abandonadas, foi criado no Brasil no ano de 1871 o asilo de meninos desvalidos. As meninas já eram acolhidas pelas Santas Casas desde 1740, devido à preservação da honra e da castidade; no final do século XIX, existiam no Brasil, “trinta asilos de órfãos, sete escolas industriais e de artífices e quatro escolas agrícolas, vinculando-se a atenção à criança ao trabalho subalterno” (BEGER, 2005, p.172).

Devido aos insistentes índices elevados de mortalidade infantil nas Casas de Expostos, a Europa aboliu esse modelo assistencialista de atendimento no século XIX. No Brasil, no entanto, esse modelo permaneceu até a década de 1950, ou seja, sobreviveu aos grandes regimes da história do país: a Colônia, o Império e parte do Período Republicano. Por causa da mortalidade infantil a questão da ordem se aliou à questão da higiene, com a criação de projetos médicos, para identificar e procurar soluções para o problema (BEGER, 2005 e RIZZINI, 1993).

À medida que as Casas dos Expostos eram fechadas, especialmente na década de 1950, as instituições religiosas cediam lugar para a atuação do poder público, embora essa atuação viesse se dando muito lentamente.

1.3 O Asilo de Crianças como uma Política Pública.

A criminalidade infantil era alarmante por volta de 1916 e com a superlotação dos asilos, as crianças abandonadas, denominadas de menores, eram mantidas encarceradas nas delegacias ou enviadas para a Casa de Detenção que também tinha a direção da polícia; os “menores” eram presos juntamente com os adultos, não havia distinção de sexo, o que fazia

4 Ama-de-leite: mulher que amamentava crianças tanto filhas dos senhores, quanto crianças abandonadas, neste caso recebendo subsídio do Estado por essa função.

com que aumentasse a prostituição, já que não tinha como asilar as vítimas tiradas dos prostíbulos (RIZZINI, 1993).

Algumas teorias científicas deram respaldos para uma análise do que na época era considerado como comportamentos inaceitáveis, como sendo estes frutos do meio social e de características hereditárias, de modo que, constituiu-se um consenso em favor da necessidade da proteção/correção dos “menores⁵” e de que com o aumento da criminalidade, era preciso rever o código penal de 1890. Verifica-se que especialmente a psicologia, contribuiu para a discriminação das crianças pobres, abandonadas, ao defender o pressuposto da hereditariedade, dando suporte ao entendimento de que existem pessoas superiores a outras, não obstante a contribuição dessa ciência para o conhecimento da criança.

As políticas públicas para a infância, desde então, foram formuladas por uma questão de ordem pública, destinadas as crianças e adolescentes da população pobre, com o intuito de tirá-las das ruas, pois elas eram consideradas infratoras.

Em 1921 o governo aprovou a Lei n 4.242, que previa no orçamento da União recursos destinados a “recuperar o menor”. Essa recuperação não era entendida como uma ação educativa, embora fosse. De acordo com Rizzini (2008, p.28) “certamente não interessava a elite que a população atingisse consciência de seus direitos, que no mínimo dificultaria muito o exercício violento e arbitrário de controle sobre a maioria.”

Os reformadores salvacionistas afirmavam que a criança era o futuro da nação, porém o entendimento da elite era o de que seria mais conveniente moldá-la para suprir a demanda de mão de obra da produção capitalista. A instrução consistia em fornecer elementos básicos para formar um “bom trabalhador”, com a criação de institutos e escolas profissionalizantes, ao que parece, esse tipo de escola era vista como adequadas e suficientes para os “menores”. Além do que seria um meio eficiente na prevenção dos desvios, além de fomentar a economia nacional (RIZZINI, 2008).

Segundo Kuhlmann Junior, a realização do Congresso de assistência a infância, realizado 1922, influenciou a expansão de instituições educacionais para as crianças. Esse Congresso teve como objetivo debater questões relacionadas à criança, nos aspectos social,

5 - A expressão "menor" foi substituída por "criança ou adolescente" a partir do ECA para negar o conceito de incapacidade na infância, ser "menor" significa não ter dezoito anos e, portanto, não ter capacidades, não ter atingido um estágio de plenitude. Porém, esse termo costumava ser usado como referencia apenas as crianças pobres, desvalidos e delinquentes.

médico, pedagógico e higiênico, assim como as relações com a família, com a sociedade e com o Estado, esse Congresso instigou a criação da Inspetoria de Higiene Infantil, em 1923, e mais tarde, substituída pela Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, criada em 1934, pela Conferência Nacional de Proteção à Infância (KUHLMANN JUNIOR, 1998).

Em 1927 foi instituído o Código de Menores que vetava a responsabilidade criminal para menores de quatorze anos, e trabalho até os doze anos. A questão do “menor abandonado” passou a ser também uma questão de institucionalização, o que mostra o seu caráter discriminatório, que associava a pobreza à “delinquência”. Essa inferiorização das classes populares continha a idéia de norma, à qual, todos deveriam se enquadrar. Como se os mais pobres tivessem um comportamento desviante e uma "tendência natural à desordem". Portanto, impossibilitados a conviver em sociedade.

Com a Constituição de 1934, proibindo o trabalho de menores de quatorze anos, sem permissão da justiça, foram criadas em todo o país, por decreto, órgãos voltados para atender os chamados “menores”. Em São Paulo foi criado o Serviço Social de Menores Abandonados e Delinquentes (decreto nº9.744, de 19 de Novembro de 1938). Na perspectiva de proteção às crianças pobres e suas famílias, foram criados: o Departamento Nacional da Criança (DNCr), o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) (decreto-lei nº3.799, de 5 de Novembro de 1941), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, associada aos esforços de guerra, como órgão de apoio aos pracinhas e suas famílias, desenvolvendo programas destinados à maternidade e à infância, com base no voluntariado. Foram criados também o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Serviço Social do Comércio e a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos; e no Estado de São Paulo foi criado ainda o RPM – Recolhimento Provisório de Menores (lei estadual nº2.705 de julho de 1954).

Durante a Ditadura Militar foi criada a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Lei nº4.513 de 1º de Dezembro de 1964) - em substituição ao Serviço de Assistência ao Menor – SAM, pois, “o menor” que apresentava comportamento antissocial era visto como um ser “doente” que precisava de cura e a FUNABEM fundamentou-se em procedimentos terapêutico/pedagógicos, desenvolvidos com a intenção de permitir a “reeducação” e a “reintegração” do “menor” à sociedade (BISPO, 2003).

A FUNABEM era uma instituição preocupada com a manutenção dos valores morais e espirituais dominantes, pois seguia o modelo de “segurança e desenvolvimento” adotado pelo regime militar. A ela competia formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional. Com isso, o Poder Executivo instituiu a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, vinculada a Secretaria de Estado e Serviço Social

e destinada a prestar serviços às crianças em situação de risco pessoal e social, com a responsabilidade de observar a política estabelecida e de executar, nos Estados, as ações pertinentes a essa política.

Em 1967 o DNCr elabora o plano de assistência ao pré escolar, inspirado na conferência da UNICEF, realizada em 1965, em Santiago do Chile.

Com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM) tiveram início os programas interdisciplinares e foi sancionado o Código de Menores de 1979 (lei federal nº 6.697, de 10 de Outubro, de 1979). A PNBM, juntamente com Lei de Segurança Nacional, tentaram reverter a cultura da violência, no tratamento à criança em situação de risco e orientar um tratamento biopsicossocial, ou seja, levando em consideração os fatores psicológicos e sociais.

Os inúmeros casos de violência cometidos contra as crianças como o abandono, a mendicância, as adoções irregulares, o tráfico de crianças, entre outras, impulsionaram a sociedade civil a influir na elaboração da Constituição de 1988. Essa Constituição fortaleceu ainda mais a luta da sociedade civil pela garantia dos direitos da infância e do adolescente. No entanto, esses direitos só vieram a se consolidar, legalmente, a partir da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que fez surgir o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, e com ele o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, e não mais como simples portadores de carências, responsabilizando assim toda sociedade pela criação das condições necessárias ao cumprimento dos seus direitos. Não querendo com isso negar a dependência das crianças em relação aos adultos, nem retirar desses a responsabilidade de zelar pelo desenvolvimento da criança.

Esses instrumentos legais regulamentaram os artigos 203 e 204 da Constituição Federal. Abria-se, então, a possibilidade de rever a dívida social brasileira para com as crianças e os adolescentes. Então, várias organizações da sociedade civil, preocupadas com a educação para todas as faixas etárias, viram seus objetivos consolidados na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB foi sancionada sob a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa lei trouxe ganhos significativos no que se refere, sobretudo, à Educação Infantil, que passou a integrar a Educação Básica, tirando assim, a creche, do esquecimento em que até então viveu.

Art. 29 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos, físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O artigo citado acima evidencia o reconhecimento da educação infantil como primordial para o desenvolvimento e formação humana, reconhecendo a educação como processo contínuo, que tem início a partir do nascimento da criança.

1.4 Política pública para a infância abandonada em Sergipe.

Conforme a literatura estudada, o surgimento de instituições voltadas ao atendimento de criança em situação de risco se deu devido aos problemas de saneamento urbano, higiene e moléstias que afetavam a saúde da criança, resultando em altos índices de mortalidade infantil. Então estes estabelecimentos existentes eram voltados à preocupação com a saúde, alimentação, higiene e sobrevivência das crianças pobres.

Em Sergipe, no dia 17 de março de 1932, foi inaugurada a primeira instituição de educação pública para a infância, denominada “Casa da Criança”, na tentativa de superar as necessidades educacionais, morais e de saúde (LEAL, 2004).

De acordo com o Código de Menores de 1927, as crianças antes de serem mandados às instituições disciplinares, apontadas pelo Juiz de Menores responsável em “processar, julgar, inquirir, examinar, vigiar e conduzir todas as demais ações necessárias para manter sob controle o problema do menor”, deveriam inicialmente ser reclusas em abrigos. No Estado de Sergipe o encaminhamento dos chamados “menores” para abrigos se deu a partir de 1935, por sugestão de Francisco Leite Neto. A questão não deveria ser tratada como caso de polícia, devendo as crianças ter “assistência e proteção por meio de instituições e patronatos agrícolas mantidos pelo Estado”. Segundo Bispo, esse projeto não teve continuidade (BISPO, 2003).

Em 1938, foi criado no Estado de Sergipe, pelo governador Eronildes de Carvalho o Serviço de Assistência Social a Menores Abandonados e Delinquentes, tendo como diretor Abelardo Mauricio Cardoso. Esse diretor viajou por vários outros Estados, conhecendo

instituições destinadas a “menores abandonados”, no intuito de trazer esse modelo de atendimento para Sergipe surgindo daí a “Cidade de Menores Getúlio Vargas⁶”.

A Cidade de Menores “Getúlio Vargas” foi inaugurada em 1942, no município de Nossa Senhora do Socorro – Sergipe, “durante o governo do coronel Augusto Maynard Gomes, numa fazenda de aproximadamente 3.650m²”, com o objetivo de educar e reeducar menores abandonados e delinquentes (BISPO 2003).

A Cidade de Menores recebia meninos na faixa etária entre sete e dezoito anos, encaminhados por assistentes sociais ou Juizado de Menores. A localidade foi escolhida, estrategicamente, para eliminar das ruas da cidade, criaturas consideradas como prováveis proliferadores de doenças. Na Cidade de Menores existia a sede do Serviço Social e de Assistência, para garantir a reeducação das crianças ali recebidas sem o uso dos castigos físicos, embora situações de castigos tenham sido relatadas por um jornal da época, conforme se verifica no estudo de Bispo.

O jornal *Correio de Aracaju* de agosto de 1951, registrou o uso da palmatória no estabelecimento, não revelando a “falta cometida” pela criança. O artigo “Um carrasco na Cidade de Menores” fala da existência de um enfermeiro da Cidade de Menores, que desvirtuava a finalidade da instituição que era proteger a criança desamparada. Esse acontecimento negava todo discurso defendido pela pedagogia moderna e o modelo de assistência à infância (BISPO 2003).

Com os novos rumos do atendimento à educação infantil, em Sergipe foi inaugurado, em 1944, o Jardim do Centro Municipal de Assistência à Criança, com a finalidade de atender aos filhos dos operários que, antes não podiam contar com uma instituição de educação municipal voltada ao atendimento escolar, médico e social em Aracaju. (LIMA, 2005)

Em 1947, foi inaugurada na capital sergipana, a partir dos preceitos higienistas, a Casa Maternal Amélia Leite, uma instituição filantrópica e educativa de atendimento às mães adolescentes solteiras e crianças; a instituição promovia assistência médico social e educativa moralizante, com o objetivo de diminuir o número de abortos, infanticídios e a prostituição em Sergipe (LIMA, 2009).

6 - A Cidade de Menores era uma proposta nacional para retirar das ruas os menores abandonados e delinquentes.

No dia 30 de Abril de 1976 foi criada por iniciativa do Governador do Estado José Rolemberg Leite, a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor FEBEM-SE, com o objetivo de garantir o bem estar das crianças que viviam em situação de risco em Sergipe. O intuito com a instalação da FEBEM era atender as diretrizes da política nacional estabelecida de acordo com a legislação federal vigente na época, e com as necessidades locais.

O Governador João Alves Filho, em 1991, transformou a FEBEM-SE em Fundação Renascer, atribuindo-lhe responsabilidades exclusivas para executar as políticas públicas vigentes, voltadas para a assistência social e proteção especial da criança e do adolescente. Essa fundação deveria estar sintonizada com a legislação vigente à época, mais especificamente com o ECA.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado aprova e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - A Fundação Renascer do Estado de Sergipe - RENASCER, resultante de alteração e mudança de denominação da anterior Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, criada pela Lei nº 2.009, de 30 de abril de 1976, cuja alteração e nova denominação se deu por força da Lei nº 2.960, de 09 de abril de 1991, é uma Fundação Pública, integrante da Administração Estadual Indireta, vinculada à Secretaria de Estado da Ação Social - SEAS, que passa a ter a organização básica disposta nesta Lei (LEI ORDINÁRIA Nº 2.960)

Hoje a Fundação Renascer possui sobre sua direção o Abrigo Sorriso, com atendimento de crianças de zero a seis anos de idade, o Abrigo Feminino Maria Isabel Abreu que atende adolescentes de sete a dezoito anos de idade, e o Centro de Orientação e Observação (CEO), que atende adolescentes na faixa etária de oito a dezoito anos. Todos esses abrigos são mantidos pelo Governo do Estado de Sergipe.

A Fundação Renascer também é responsável pela administração do Centro de Estudos Eronildes Carvalho (CEMEC) que é um sistema de acolhimento para adolescentes deficientes mentais e que já se efetivou como moradia para alguns internos, pela Unidade de Atendimento a Menores Maria do Carmo que atende em sistema sócio educativo, adolescentes do sexo feminino que cometeram infrações, pela Unidade Provisória (USIPE) que atende em sistema de transição os adolescentes do sexo masculino, que cometeram algum tipo de infração, esses adolescentes permanecem nessa instituição por quarenta e cinco dias, até que o Juiz julgue o caso e os encaminhe para cumprir pena ou os devolva para casa; caso seja penalizado, o adolescente é encaminhado pra o Centro de Atendimento a Menores

(CENAM) que atende meninos, em regime de encarceramento, que necessitam de medidas sócio educativas, por terem cometido infrações graves.

Em pesquisa realizada nos meses de Agosto e Setembro de 2010 pela Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDS), para elaboração da Proposta de Reordenamento das Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Estado de Sergipe, foram constatadas por região, as seguintes instituições de acolhimento, reconhecidas pela SEIDS, disposto no quadro abaixo.

Quadro 1 – Abrigos existentes em Sergipe

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO COM SERVIÇO	GESTÃO	PORTE	GENERO	CAPACIDADE INSTALADA	FAIXA ETÁRIA
Leste Sergipano	Japaratuba	N. Gov.	Pequeno Porte	Misto	20	0-12 anos
Centro Sul Sergipano	Lagarto	Gov.	Médio Porte	Misto	12	0-18 anos
	Tobias Barreto	N. Gov.	Pequeno Porte	Misto	Não informado	0-12 anos
Sul Sergipano	Estância	Gov.	Médio Porte	Misto	15	Masc. 0-11anos Fem. 0-12 anos
	Boquim	N Gov.	Pequeno Porte	Feminino	15	4-12 anos
	Umbaúba	N Gov.	Pequeno Porte	Misto	20	0-18 anos
Grande Aracajú	Laranjeiras	Gov.	Pequeno Porte	Misto	15	0-18 anos
	São Cristovão	Gov.	Médio Porte	Misto	Não informado	0-12 anos
	N. S. do Socorro	N Gov.	Grande Porte	Feminino	25	0-18 anos
	N. S. do Socorro	N Gov.	Grande Porte	Masculino	30	02-18 anos
Capital do Estado	Abrigo CEO	Gov. Estado	Grande Porte	Masculino	20	8-18 anos
	Abrigo M ^a Izabel	Gov. Estado	Grande Porte	Feminino	20	7-18 anos
	Abrigo Sorriso	Gov. Estado	Grande Porte	Misto	60	0-6 anos
	Caçula Barreto	Gov. SEMASC	Grande Porte	Masculino	20	7-12 anos
	Nova Vida	Gov. SEMASC	Grande Porte	Masculino	18	13-18 anos
	Menino St ^o Antonio	N. Gov.	Grande Porte	Masculino	15	6-12 anos
	Cristo	N. Gov.	Grande	Feminino	20	4-12

	Redentor		Porte			anos
	Santa Zita	N. Gov.	Grande Porte	Feminino	30	4-12 anos
	Projeto Esperança	N. Gov.	Grande Porte	Feminino	20	7-18 anos
	Oratório de Bêbé	N. Gov.	Grande Porte	Feminino	30	4-9 anos

Fonte: Proposta para o Reordenamento das Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, do Estado de Sergipe, 2010. Adaptado.

No leste sergipano há apenas um Abrigo, no Centro Sul tem dois, no Sul sergipano três, na Grande Aracaju cinco e em Aracaju dez abrigos. Esses abrigos são de pequeno, médio e grande porte e atendem de modo separado por sexo ou então de maneira mista. A capacidade e a faixa etária variam de abrigo para abrigo. Dessas instituições, apenas o Abrigo Sorriso, o Centro de Orientação e Observação e o Abrigo Maria Isabel Abreu, estão sob a responsabilidade direta do Estado.

Na pesquisa realizada pela SEIDS foi possível constatar que, das crianças abrigadas o maior número encontra-se em Aracaju representando 74% das crianças abrigadas, seguido dos municípios de Estância com 8%, Nossa Senhora do Socorro e Tobias Barreto com 6% e por fim os municípios Boquim, São Cristovão e Lagarto com 2% das crianças.

Como se pode observar nesse estudo o abrigamento de crianças no Brasil se deu desde o Período Colonial, passando por algumas mudanças no decorrer do tempo, sendo que essas mudanças não interromperam esse processo que continua acontecendo em grande quantidade, mostrando assim que mesmo com todas as leis de direito das crianças, elas ainda são as principais vítimas de uma sociedade desestruturada.

CAPITULO II

O ABRIGO SANTA TEREZINHA E AS CONDIÇÕES EM QUE OCORRE O ABRIGAMENTO

O abrigo onde foi realizada esta pesquisa está localizado na zona sul de Aracajú. Foi criado em 1980 como uma Unidade Operativa do Núcleo de Trabalho Comunitário de Sergipe (NUTRAC), tendo como Presidente Maria Virginia Leite Franco. O objetivo dessa instituição, inicialmente, era o de proporcionar o desenvolvimento integral das crianças, atendendo as suas necessidades básicas, como: alimentação, saúde e lazer; nesse período, o trabalho era realizado com a participação direta das mães. Para isso, as crianças eram assistidas (e não abrigadas) em período integral sem que houvesse afastamento das famílias.

No ano de 1991 (no governo de João Alves Filho) o Abrigo deixou de integrar a Unidade Operativa da NUTRAC e passou para a Unidade Operativa da Fundação Renascer, com isso, o atendimento passou de comunitário para Abrigamento. Essa mudança no modelo de atendimento às crianças, teve como expectativa atender as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no art. 101, inciso VII, parágrafo único, que diz: “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

O abrigo onde se realizou a pesquisa se enquadra na classificação de Proteção Social de Alta Complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social. Esse tipo de abrigo tem por finalidade garantir proteção integral – moradia, alimentação, higienização- às crianças que se encontram sem referência ou em situação de risco, necessitando serem retiradas de seu núcleo familiar ou comunitário, ou seja, aquelas, que provém de situação de vulnerabilidade e de risco pessoal e social e as que são vitimas de violência.

Os recursos para estrutura e funcionamento do Abrigo investigado são de responsabilidade do Estado, sendo que a ausência ou exigüidade desses recursos tem se transformado em obstáculos ao seu funcionamento, implicando em dificuldades como: falta de transporte para que sejam realizadas as visitas diárias do corpo técnico (Assistente Social) às famílias das crianças, insuficiência de medicamentos o que prejudica a ação da pediatria, falta de material pedagógico, o que compromete a realização de atividades diversas com as crianças.

O Abrigo Santa Terezinha, conforme a sua proposta pedagógica, tem por objetivo acolher provisoriamente e especificamente crianças de 0 a 6 anos, de ambos os sexos, em situação de risco, vítimas de espancamento, maus-tratos, abandono e em condições subumanas, encaminhadas pelo Juizado da 16ª Vara da Infância e da Juventude da cidade de Aracajú, e pelos Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente desta capital e do interior. Assim, a instituição em destaque se propõe a assegurar às crianças abrigadas, nas situações referidas, cuidados especiais. Para isso, ela realiza atividades sócio educativas, recreativas e assistência médica nutricional.

No que diz respeito ao atendimento às crianças nessa instituição é importante ressaltar que ocorreram mudanças na forma de abrigamento. Atualmente, as crianças chegam ao Abrigo, unicamente com o encaminhamento do Juizado da Infância e do Adolescente, salvo algum caso excepcional, em situação de emergência, o encaminhamento pode ser feito pelo Conselho Tutelar, devendo ser feita uma comunicação imediata às autoridades competentes - Juizado da Infância e do Adolescente.

A meta do Abrigo, conforme sua proposta pedagógica, é atender 60 crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 6 anos, e melhorar as condições quanto à proteção das crianças atendidas, com atenção especial à saúde e à nutrição. O documento referido destaca, ainda, o intuito de incentivar ações que levem a reinserção das crianças nas famílias, facilitando o acesso dessas famílias aos Programas de Serviços Essenciais, para ajudar na suas necessidades, através de avaliações feitas com visitas domiciliares, pelos Assistentes Sociais da instituição.

Todas as informações das famílias e das crianças são encaminhadas através de relatório ao Juizado da 16ª Vara da Infância e da Juventude. Depois disso, as crianças são encaminhadas à família de origem ou a uma família substituta.

2.1--Arquitetura do Abrigo

Na chegada ao Abrigo Santa Terezinha a impressão inicial é de que ali é um local agradável, bonito, idílico. O prédio onde funciona esse Abrigo passou por reformas no ano de

2003, por ter sido contemplado com o Projeto Casa da Criança⁷. Nessa reforma houve uma preocupação com o bem estar das crianças, todos os ambientes foram planejados de acordo com as necessidades delas, de forma criativa. Nas paredes há varias ilustrações do universo infantil, cores alegres; nos banheiros os vasos sanitários e as pias são adaptados de acordo com o tamanho das crianças, o fraldário é equipado com banheiras com água morna; há brinquedoteca, parquinho interno e externo, sala de TV, salas de aula, refeitório, enfermaria, lactário, consultório médico, cozinha, lavanderia, dormitórios separados para meninas e meninos com idade acima de três anos, um berçário para crianças com menos de um ano de idade e outro para as crianças com faixa etária entre dois e três anos, equipados com berços e cercadinho para elas engatinharem, tem também uma sala de psicólogo com divã (que se encontra fechado, por falta de profissional).

Estruturalmente o Abrigo em destaque é o melhor no Estado, é visto como um lugar supostamente perfeito onde as crianças, ali abrigadas, serão muito felizes, pois têm um ambiente bonito e limpo para morar, com alimentação, educação, assistência médica, tudo o que normalmente ela não teria na sua casa, porém essa não é a realidade, até por que lugar de criança não é em Abrigo, e sim com a família, seja ela menos favorecida ou não.

2.2- Funcionários do Abrigo

O Abrigo Santa Terezinha funciona com um quadro de 52 funcionários⁸, sendo, um coordenador, dois médicos, quatro assistentes sociais, três auxiliares de enfermagem, dois estagiários em pedagogia, dois auxiliares administrativo, quatro auxiliares de lavanderia, quatro cozinheiras, quatro serviços gerais, quatro vigilantes, vinte e três educadores sociais.

Apenas trinta e dois desses funcionários, responderam o questionário aplicado, com os quais foi possível analisar que: quinze funcionários trabalham na instituição há mais de dez anos, dez funcionários trabalham há menos de um ano, dois trabalham de um a três anos, e cinco funcionários trabalham de três a cinco anos.

7 Esse projeto é uma organização com reconhecimento Federal, qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que defende os direitos das crianças e adolescentes em território nacional através de ações que vão desde reformas e construções a ações de interesse nacional que primam pela qualidade do atendimento; participam voluntariamente desse projeto, arquitetos, engenheiros civis, decoradores, entre outros profissionais.

8 - É importante ressaltar que no Abrigo predomina funcionários do sexo feminino, sendo do sexo masculino apenas os porteiros e o motorista.

Quanto ao nível de escolaridade, três desses dos funcionários têm ensino fundamental incompleto representando (9,3%), dois possuem ensino fundamental completo (6,3%), dois estão cursando o ensino médio (6,3%), dezessete têm ensino médio completo (53,1%), quatro têm ensino superior completo (12,5%) e três ainda estão cursando (9,3%), e apenas um tem o curso de pós-graduação (3,2%). Verifica-se, assim nesse quadro de funcionários que, há um maior percentual daqueles com a escolaridade básica completa, seguido daqueles com formação superior completa.

Com relação ao motivo que levou esses funcionários a trabalhar no Abrigo verificou-se que 62% deles quando entrevistados responderam ter sido por que sentem satisfação em trabalhar com crianças, 16% motivos financeiros e 22% responderam ter sido por outros motivos.

Foi constatada nas entrevistas certa discrepância com relação à função do funcionário e o trabalho realizado. Pois como o contingente maior de empregados é de educadores, foi observado que esses ocupam funções opostas as suas qualificações e atribuições, o que foge a proposta do Abrigo, que defende atribuir funções a cada funcionário de acordo com a sua formação. Verificou-se também insatisfação dos funcionários quanto aos salários que recebem, diante das responsabilidades que têm.

2.3 As Crianças Abridadas

Todas as crianças abrigadas têm seu registro no Plano Individual de Atendimento (PIA), onde consta a identificação delas e dos pais, com endereço (quando possuem); motivo de abrigamento, documentação, histórico da criança, situação de moradia, acompanhamento de saúde, acompanhamento escolar e procedimentos realizados durante sua estadia no Abrigo. Com as informações existentes no PIA, foi possível constatar a procedência e o número de crianças assistidas no abrigo Santa Terezinha no ano de 2010, além de outras informações que serão destacadas na seqüência deste trabalho.

2.3.1- O que concorre para o abrigamento de crianças.

O abrigo das crianças acontece devido a vários motivos, como: negligência dos pais, situação de risco, espancamento, maus-tratos, abandono e exposição a condições subumanas. Essa é uma realidade em que as crianças são as principais vítimas, o que ocorre predominantemente por falta de condições financeiras ou psicológicas dos pais para criá-las. Isso leva-os a abandonar as crianças em hospitais, casa de famílias, igrejas ou deixá-las expostas a situações de risco - o que não justifica o abandono de crianças, pois, é bom ressaltar, que o lugar da criança é ao lado da família; toda criança tem direito de viver com sua família e essa tem a função de prover proteção e educação, quando isso não ocorre é o Estado que é responsável em oferecer a elas os cuidados básicos como, proteção educação e saúde.

Tabela 1 – Motivos do Abrigamento.

Motivos do Abrigamento	Quantidade de Crianças
1-Abandono	8
2-Encontrada na rua	1
3-Deixada na maternidade	9
4-Situação de risco	8
5-Suspeita de abuso sexual	1
6-Mãe com distúrbio psicológico	3
7-Entregue pelos pais alegando não ter condições.	5
8-Mãe abrigada	3
9-Maus tratos	4
10-Mendicância	1
11-Moradora de rua	7
12-Negligencia de pais usuários de drogas	16
13-Situação de vulnerabilidade	3
14-Tentativa de homicídio pelos pais	2
15-Transferida de outro abrigo	2
16-Devolvida pela família adotiva	1
17-Não informa o motivo	6
Total de crianças	80

Fonte: Documento oficial do Abrigo e PIA 2010

No que diz respeito aos dados da tabela acima, verificou-se na documentação, que o uso de drogas e as dificuldades financeiras dos pais são os fatores mais frequentes de abrigo das 80 crianças do Abrigo Santa Terezinha, o que implica nas situações

relacionadas: abandono, 8 crianças; encontrada na rua, 1 criança; deixadas na maternidade, 9 crianças; em situação de risco, 8 crianças; suspeita de abuso sexual, 1 criança; mãe com distúrbio psicológico, 3 crianças; entregues pelos pais alegando não ter condições de criar, 5 crianças; mãe abrigada, 3 crianças; maus tratos, 4 crianças; mendicância, 1 criança; moradora de rua, 7 crianças; negligência de pais usuários de drogas, 16 crianças; situação de vulnerabilidade, 3 crianças; tentativa de homicídio pelos pais, 2 crianças; transferidas de outros abrigos, 2 crianças; devolvida pela família adotiva, 1 criança e que não informam o motivo, 6 crianças.

Em algumas situações as crianças são entregues ao Conselho Tutelar pelos próprios pais, que alegam não ter condições de criá-las; nesses casos elas são levadas para o Abrigo e as famílias também passam a ser monitorada pelo Estado para que, assim, elas possam vir a ter condições de reaver os filhos.

Há situações que decorrem do fato dos pais serem dependentes químicos, estes, por causa da dependência, em seus momentos de alucinação, acabam agindo contra seus filhos: espancando-os, e até tentando contra a vida deles; são negligentes, deixando-os em casa sozinhos, sem a companhia de um adulto. Por algumas vezes, as crianças chegam a ficar em casa sozinhas e sem alimentação durante dias, nesse caso, geralmente, são os vizinhos que, comovidos com tal situação, acabam procurando os órgãos responsáveis, para que tomem alguma providência. Então as crianças são encaminhadas para o Abrigo e os pais são encaminhados aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) para tratamento. Assim que comprovarem que realmente estão tratados (o que é infreqüente), e que se encontram em situação de reaver seus filhos de volta, a guarda é cedida, sendo que, por algum tempo eles irão ser monitorados por Assistentes Sociais da instituição para saber se realmente são merecedores da guarda dos filhos, caso contrário, eles são destituídos do pátrio poder e as crianças são encaminhadas para adoção.

Há também situações em que as crianças são abandonadas no momento em que nascem, sendo deixadas na maternidade pelas mães. As mães dessas informam que a gravidez não foi planejada e, por não ter condições socioeconômicas de assumir a responsabilidade sozinhas abandonam as crianças; muitas dessas mães foram abandonadas pelo pai da criança. Outro fator que leva a esse tipo de abandono se refere às gestações que provém de abuso sexual, e que a mãe da criança não tem interesse em ficar com ela, por isso, a deixa na maternidade e de lá a criança é enviada para um Abrigo. Nesses casos, quando não há

interesse da família extensa (tios, avós, primos, e etc.) em ficar com a criança, os seus laços com a família são destituídos e ela é encaminhada para adoção. Essas são as circunstâncias mais fáceis para a adoção: pois é comprovada a falta de interesse dos familiares para com a criança e, ao mesmo tempo, as famílias que têm interesse em adotar uma criança geralmente dão preferência àquelas que estão nos primeiros meses de vida, ou seja, enquanto a criança ainda é pequena e não possui referências familiares.

Outro caso de crianças abrigadas ainda bebês, é quando a mãe se encontra em situação de abrigamento. Existem adolescentes que vivem em abrigos e que em alguns casos já chegam gestantes, ou fogem e retornam grávidas, e acabam tendo a criança no período em que se encontram abrigadas, desse modo conquistam o direito de ficar com o filho, durante o período de amamentação (seis meses); depois desse período, a criança é encaminhada para a família extensa, que determinadas vezes, da mesma forma que não teve interesse pela adolescente também não tem pela criança, então ela é também encaminhada para o Abrigo. Algumas adolescentes têm interesse pelo filho, e procura algum familiar que se responsabilize pela criança até que elas tenham maior idade, saiam do Abrigo e consigam emprego para assumir o filho; mas também, tem aquelas que no período da gestação já afirmam não querer o filho, nesse caso quando não há interesse da mãe nem da família extensa, a criança é encaminhada para adoção.

É importante ressaltar que em todas essas situações, a primeira providência deve ser o acolhimento na família extensa ou por pessoas de referência. Esgotadas essas possibilidades, o acolhimento institucional é a medida de proteção assegurada pelo ECA.

Ainda se observa na tabela, casos extremos como o de uma criança que foi devolvida pela família adotiva, outro de abuso sexual contra uma criança e três casos de mães com distúrbios psicológicos.

Á época em que há um maior número de casos de abrigamento de crianças é justamente no período de festas populares, pois é quando as mães mais abandonam seus filhos sozinhos em casa para ir a essas festas. Existem casos em que as mães levam as crianças consigo aos festejos, e acabam perdendo-as em meio à multidão; quando elas são encontradas por populares ou policiais, são encaminhadas ao Conselho Tutelar, que consecutivamente, as enviam para um Abrigo. Outro período que ocorre um número grande de abrigamento de crianças é no mês de dezembro, quando muitas famílias vêm de fora do Estado ou do interior com seus filhos para receber donativos de natal, e acabam se alojando em viadutos, expondo-

as à mendicância. Nesse caso, quando encontradas, essas crianças, são retiradas desse ambiente de risco e encaminhadas para um Abrigo.

2.4- De perto, quem são, como são e como vivem as crianças que chegam ao Abrigo e suas famílias.

A faixa etária das crianças acolhidas pelo Abrigo investigado é de 0 a 6 anos, sendo que há situações em que elas ultrapassam essa idade na instituição por motivos que serão discutidos na seqüência deste trabalho. A tabela abaixo revela a quantidade dessas crianças por idade.

Tabela 2- Idade das crianças abrigadas

Idade	Quantidade até Novembro de 2010	%
Até 1 ano	19	23,75%
De 1 a 2	13	16,25%
De 2 a 3	11	13,75%
De 3 a 4	5	6,25%
De 4 a 5	9	11,25%
De 5 a 6	6	7,5%
Acima de 6 anos	7	8,75%
Acima de 7 anos	10	12,5%
Total	80	100%

Fonte: Documento oficial do Abrigo e PIA 2010

Verifica-se nessa tabela um maior contingente de crianças abrigadas na instituição, na faixa etária de zero a três anos o que corresponde a 43 das 80 crianças registradas. É importante ressaltar que nesse grupo de 0 a 3 anos, 44,1% são de crianças com idade de 0 a 1 ano. É preciso considerar que essa é uma fase da vida em que a criança requer um cuidado diferenciado por parte do adulto, pois ela depende dele em tudo. Porém, foi possível constatar nas observações que é nessa idade que as crianças são mais maltratadas pelos pais ou responsáveis. Nessa faixa etária, também foi possível constatar uma maior incidência de abrigamento de crianças que nasceram prematuras (por dificuldades atravessadas pela mãe

durante a gestação, principalmente, as motivadas pelo uso de drogas) e foram abandonadas na maternidade.

Observa-se que o número de crianças de 3 a 4 anos, de 5 a 6 e de 6 a 7 representa percentuais menores, diferentemente daqueles referentes às crianças de 4 a 5 anos e acima de 7, que correspondem a 11,2% e 12,5% respectivamente.

No período da pesquisa houve um grande movimento de entrada e saída de crianças no Abrigo. Algumas foram adotadas e outras encaminhadas para os pais ou para a família extensa. A tabela 2 é referente às crianças que estiveram no Abrigo no ano de 2010, embora nem todas tenham permanecido abrigadas até o final da pesquisa.

Verifica-se que essas crianças provêm de comunidades extremamente pobres, usualmente denominadas de carentes, na sua maioria de bairros periféricos de Aracaju como também da Grande Aracaju e de alguns municípios do interior do Estado.

Os dados coletados na documentação consultada indicam que nesses locais as crianças geralmente vivem em condições subumanas, em pequenas casas ou barracos, com apenas um cômodo, sem saneamento básico, ou higiene, muitas vezes, com várias pessoas dividindo o mesmo espaço. Existem ainda aquelas que não têm moradia, que são moradores de rua, pedintes, que na maioria das vezes expõem as crianças ao perigo; para tentar comover a sociedade, nos momentos de mendicância, deixando-as expostas ao sol e a chuva.

Essas famílias são desajustadas e desestruturadas devido à situação de pobreza em que vivem, necessitando de emprego, de acesso a serviços básicos nas áreas de saúde, educação, habitação, lazer, segurança e justiça. E por se sentirem violentadas acabam violentando suas crianças ou encaminhando-as para as instituições onde possam ser atendidas.

2.4.1-Tempo de permanência no Abrigo.

É grande o fluxo de entrada e saída de crianças do Abrigo; há situações em que o período de permanência é curto, mas também há casos em que a criança cresce na instituição.

As fichas das crianças abrigadas revelam que há um fluxo maior daquelas com menos de três anos de idade, conforme, anteriormente já destacado, e que estas são as que

permanecem por menos tempo na instituição. Principalmente, as que têm menos de um ano de idade, que têm preferência para adoção.

Porém no que diz respeito a esse tempo estipulado existe algumas exceções. As crianças que têm mais 5 anos, caso não retornem para a família, geralmente permanecem no Abrigo até serem transferidas para outra instituição. Há dois casos de crianças que ultrapassaram a idade permitida, porém continuam lá: uma chegou com menos de um ano, mas não foi agraciada com uma família adotiva; outra não foi adotada, provavelmente por ser portadora de paralisia cerebral, o que requer cuidados diferenciados e específicos.

Tabela 3-Tempo de permanência das crianças

Período de permanência das crianças que estiveram abrigadas em/até 2010	Crianças que se desligaram em 2010
Menos de um mês	9
De um a dois meses	10
De dois a seis meses	5
De seis a dez meses	4
De dez meses á um ano	3
Mais de um ano	9
Mais de dois anos	5
Mais de três anos	3
Total	48

Fonte: Registro de documentos do Abrigo investigado

A tabela acima é referente às crianças que estiveram abrigadas até o ano de 2010 no Abrigo Santa Terezinha. É possível observar nessa tabela que 9 crianças ficaram abrigadas por menos de um mês, 10 permaneceram no Abrigo entre um e dois meses, 5 crianças, entre dois e seis meses, 4 crianças de seis a dez meses, 3 crianças, de dez meses a um ano, 9 crianças ficaram abrigadas por mais de um ano, 5 crianças, por mais de dois anos, e 3 por mais de três anos. O que resultou em 48 crianças que estiveram no abrigo e saíram em 2010. As demais, ou seja, 32 crianças continuam abrigadas. Devendo-se ressaltar que esse resultado é referente até o final da pesquisa (Novembro de 2010).

É bom enfatizar que as crianças que passam menos tempo no Abrigo, geralmente são as recém nascidas, que têm preferência na adoção ou aquelas maiores que os familiares pedem a guarda imediata.

Segundo conversas com famílias que têm intenção de adotar uma criança, elas dão preferência às menores, por não terem nenhum vínculo familiar e por que acreditam que assim poderão acompanhar o desenvolvimento do filho desde o princípio. São poucas as famílias que preferem crianças maiores, e quando isso ocorre, elas relatam que, quando maiores, as crianças dão menos trabalho, por já saberem falar o que desejam, sentem ou pensam.

Como já referido neste trabalho, existem casos específicos em que crianças permanecem no Abrigo além da idade permitida; um desses casos refere-se, às crianças que completam sete anos, que sem preferência nos casos de adoção são mantidas abrigadas. O Abrigo permanece com essa criança por mais um ano, para tentar uma família adotiva para ela, caso isso não aconteça, a criança é encaminhada para outro Abrigo, a exceção é para quando ela tem irmãos abrigados na mesma instituição, nesse caso é aceita a permanência dela até que os irmãos tenham idade para serem transferidos junto com ela para outra instituição. Essa estratégia é utilizada para evitar o “apartamento” deles e consecutivamente a perda do vínculo familiar. Somente quando a diferença de idade entre as crianças é grande, é que os irmãos são separados, pois é regra do Abrigo não manter crianças com disparidade etária.

Outra situação em que é consentido que a criança ultrapasse a idade máxima permitida no Abrigo, é quando ela é portadora de alguma necessidade especial. Durante a pesquisa foram identificados dois casos de crianças com necessidades especiais: uma delas com três anos, abrigada com um mês de nascida e a outra com sete anos e oito meses, abrigada há quatro anos. Verificou-se, em entrevista com a equipe técnica do Abrigo, que a permanência dessa ultima criança se faz necessária por não ter surgido uma família adotiva para ela, como também, por necessitar de cuidados especiais. Na verdade, nesse caso, observou-se existir um sentimento de compaixão em relação a essa criança.

2.4.2- Crianças que se encontram em situação de adoção.

As crianças que se encontram em situação de adoção, recebem visitas dos pais pretendentes à adoção por certo tempo, para que exista agnação e afetividade entre eles. Essas visitas são acompanhadas pelos Assistentes Sociais para que possam fazer o relatório, e encaminhá-lo ao Juizado da Infância, que então decidirá sobre a ida da criança para a família. O procedimento de adoção é lento por conta do processo judicial, pois tanto é grande o número de crianças abrigadas, como o número de famílias na fila de adoção. A nova lei de adoção⁹ em vigor é justamente para acelerar esses processos. Mesmo assim, ainda existem no Abrigo casos de crianças abrigadas há vários anos. Tem crianças que chegaram lá com um ano de idade e hoje estão com sete anos e continuam abrigadas, por conseguinte viveram grande parte da infância na instituição.

Quanto à adoção, foram observados casos raros, porém reais, em que a criança saiu do Abrigo e retornou à família ou foi adotada, e depois de algum tempo voltou para a situação de abrigamento outra vez. No primeiro caso, a mãe conseguiu a guarda do filho, porém quando foi visitada pelos responsáveis pelo acompanhamento, após reintegração familiar, a criança pediu para voltar, pois estava sendo maltratada pela mãe, então foi abrigada mais uma vez, e em seguida encaminhada para a família extensa.

A situação de crianças devolvidas ao Abrigo se repetiu no período da observação; houve um caso em que a mãe adotiva alegou que a criança chorava a maior parte do tempo e que ela já não sabia o que fazer, então optou por devolver a criança à instituição; um segundo caso, a mãe disse que tentou, porém não conseguiu ter afinidade com a criança, então era melhor devolvê-la, mesmo depois de um ano de adoção. Nesse último caso, a criança não havia mudado apenas de residência, mas também de identidade, pois teve até o nome mudado. Talvez por isso, seja tão complicado decidir qual o melhor destino a ser dado a uma criança abrigada, e consecutivamente a demora em alguns processos de adoção.

2.5- As famílias das crianças abrigadas.

Apesar das mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais o Brasil passou, e em especial, do desenvolvimento de uma aparente consciência quanto à responsabilidade social e

⁹ Na nova lei não é permitido que a criança fique abrigada por mais de dois anos, sendo necessário que aja urgência no processo, para que seja encaminhada a sua família de origem ou para uma família substituta.

política em relação à criança, ainda se comete violência contra ela. Isso remete ao que foi discutido no capítulo I deste trabalho, sobre o sofrimento das crianças brasileiras, em situação de abandono. São estarrecedores os castigos físicos aplicados às crianças, deixando nelas não somente marcas físicas, mas, certamente também psicológicas.

As mães das crianças abrigadas são freqüentemente adolescentes que começaram a vida sexual precocemente e que, na imaturidade e falta de responsabilidade, tiveram gravidez indesejada, acompanhada de diversos problemas, tais como, pressão familiar e rejeição do pai da criança, fazendo com que elas desistissem de criar esses filhos ou os submetessem a maus tratos. Verificou-se assim que, é grande o número de crianças sob a responsabilidade das mães, a maioria delas não teve apoio necessário da família, ou do pai da criança, não trabalha nem estuda, e não tendo meios para garantir o sustento dos filhos recorreram ao Abrigo. Mas, também, há muitas crianças que provém de relação conjugal permanente e mesmo assim compartilham da mesma situação desfavorável que os já citados.

Certamente, as precárias condições sócio-econômicas, acompanhadas do desemprego, têm forte influência na conjuntura familiar dessas crianças, na atitude dos pais em relação a elas, como também na entrega deles ao vício, o que acaba desestruturando a família e pondo em risco a vida das crianças.

A família é naturalmente entendida como uma instituição protetora, estruturada e propulsora do desenvolvimento da criança, porém, a realidade observada é contraditória, pois é fortemente marcada pela violência: maus tratos, desrespeito ao seu desenvolvimento e situações de exposição a risco, o que faz com que as crianças levadas para o Abrigo, permaneçam lá, até que a justiça por meio de observações feitas pelo corpo técnico do Abrigo, decida pelo seu retorno ao convívio familiar ou pela destituição do pátrio poder, encaminhando-as a uma família substituta.

Em síntese, na realidade investigada, a criança abrigada é geralmente oriunda de família pobre ou desestruturada, que antes de receber a proteção do Abrigo se encontrava exposta constantemente à negligência, aos maus tratos, ao abandono e a situações de risco.

Algumas delas chegam ao Abrigo machucadas fisicamente, com hematomas em algumas partes do corpo, outras chegam desnutridas ou abusadas sexualmente, com problemas de pele e piolho; há também as que chegam com pneumonia, asma, e com o vírus da AIDS, entre outras doenças.

Foi observado que os pais das crianças abrigadas na sua maioria apresentam baixa escolaridade, não tem moradia, são desempregados, usuários de drogas, e os que trabalham quase sempre vivem de bicos. As mães são empregadas domésticas, e comumente a remuneração é insuficiente para suprir as necessidades básicas da prole que, geralmente, ultrapassa o número de três filhos por família. Por causa dessa situação muitos deles vivem de mendicância e de toda e qualquer oportunidade que lhe garanta sobreviver. Essa situação extrema de pobreza se manifesta em agressões constantes entre os casais, levando-os, muitas vezes, ao consumo de drogas que lhe servem como elemento que alivia a tensão e a frustração em que vivem. Essas atitudes repercutem na vida das crianças que por serem indefesas acabam sendo as principais vitima desses transtornos; para completar, a violência física acaba sendo auxiliar no método de educar utilizado pelos pais, sendo, assim, uma das principais causas do encaminhamento de crianças para a instituição.

CAPITULO III

AÇÃO EDUCATIVA DO ABRIGO SANTA TEREZINHA: O DIA A DIA DAS CRIANÇAS NA INSTITUIÇÃO

Este capítulo, tem como foco a ação educativa do Abrigo Santa Terezinha sobre as crianças pelos quais ele é responsável: como se dão as interações entre os adultos e as crianças, o que a elas oferecem, as relações com as famílias e entre estas e as crianças, enfim, a rotina diária no interior da instituição.

Com esse objetivo, conforme já explicitado na introdução deste trabalho, recorreremos ao conceito de educação assistencialista, tal como discutido por Kuhlman Junior (1998). Para esse autor, essa educação é uma educação pobre para crianças pobres, porque quem a realiza não a reconhece como tal, ou seja, como educação. Sendo assim, a atuação das instituições assistenciais, em geral, acabam se limitando à ações de cuidados físicos e proteção – cuidar da criança para que não fique entregue a própria sorte. Conforme esse autor é preciso que o atendimento assistencial seja entendido como educação, pois só assim abrirá possibilidades para que as instituições dessa natureza realizem uma ação educativa que possa efetivamente contribuir para o bem estar e desenvolvimento da criança e para favorecer a sua auto-estima e construção da identidade. Tendo como referência esse conceito, assim como o de interação, tal como discutido por Vygotsky, procuramos observar a ação cotidiana do Abrigo em questão.

3.1 A rotina diária das crianças na instituição.

O estabelecimento de uma rotina em qualquer instituição de educação para crianças tem uma importância fundamental. É a partir dessa rotina que a criança pode melhor se situar no tempo e no espaço. A rotina no trabalho com crianças pequenas é crucial para que elas construam, sobretudo, o conceito de tempo, um dos conceitos mais difíceis de ser

compreendido, além de constituir uma estrutura de segurança para a criança, apoiando a iniciativa delas e promovendo a sua autonomia. Conforme Abramowicz e Wajskop (1999).

A rotina diária é a realização do planejamento. É através dela que se põe em prática o previsto. A rotina orienta a ação da criança, assegura a ela o dia-a-dia, possibilitando que perceba e se situe na relação tempo-espço, permitindo modificações, sem necessariamente cair na mesmice, no repetir sempre o mesmo.

A rotina ajuda a criança a prever ações e a situar-se em relação aos acontecimentos e aos horários da creche. Enfim, ela permite o aparecimento do novo, do inusitado (ABRAMOWICZ / WAJSKOP, 1999. p.26),

A rotina se caracteriza, especialmente, pelo estabelecimento de uma determinada seqüência daquilo que no decorrer do dia deve ser feito, mas isso não significa que essa rotina deva ser inflexível e o seu conteúdo necessariamente o mesmo. Ela pode sofrer alterações, pois eventos diferentes também podem favorecer a aquisição de novos conhecimentos.

Segundo Oliveira (1992), a rotina deve ser flexível na medida em que, com crianças pequenas seria impensável suportar processos rígidos, como acontece em algumas instituições.

No abrigo investigado foi possível observar algumas mudanças na rotina do trabalho com crianças devido à troca de plantões que acontece a cada doze horas, essas mudanças ocorriam principalmente em relação à hora do banho, hora de comer; entre outras. Essa interrupção não se apresentava como algo necessário, mas somente para atender à conveniência dos adultos. Outras mudanças que poderiam ser feitas, sobretudo quanto, ao horário de dormir, como incluir leitura de história, brincadeiras mais calmas ou simplesmente conversar com as crianças que não tem sono cedo, isso não ocorria.

Verificou-se que todos os dias as crianças acordam normalmente entre 5:00 e 6:00 horas da manhã: tomam banho, se vestem e vão para o refeitório tomar o café da manhã. Após o café, os que estudam fora¹⁰ vão para uma pré-escola e as demais permanecem no Abrigo, Nesse horário, 7:00h, também acontece a troca de plantões, ou seja, as educadoras, cozinheiras e enfermeiras que passaram a noite trabalhando trocam o plantão com outro grupo que irá passar o dia.

As crianças que já caminham, mas que ainda não são liberadas para a pré-escola fora da instituição, se dirigem para uma sala específica, onde são realizadas atividades de desenho,

10 As crianças a partir de 4 anos vão para uma pré-escola fora da instituição.

pintura e o lúdico¹¹, e lá permanecem até as 11:00h, quando os que foram para a pré-escola estão retornando. Na seqüência vão todos para o banho e em seguida para o refeitório almoçar; após o almoço, em alguns plantões, as crianças escovam os dentes, em outros, isso não acontece, o que revela tanto falta de planejamento, como especialmente, descompromisso com um aspecto fundamental como é a saúde da criança. Logo após as crianças menores que não foram para a pré-escola são encaminhadas aos quartos para uma soneca, e as demais aguardam na sala de TV, até que a estagiária da tarde chegue as 13:00h. Quando isso acontece, elas vão para uma sala, onde realizam as tarefas enviadas pela professora, recebem aula de reforço e tiram dúvidas sobre o que foi estudado pela manhã.

As 15:00h as crianças menores acordam e vão lanche juntamente com as maiores. Após o lanche, elas brincam no parque da instituição por meia hora; em seguida, as maiores retornam para a sala de aula, e as menores vão para a sala de TV e ficam lá com as educadoras, onde assistem desenhos animados, embora tais educadoras não promovam nenhum desdobramento daquilo que é visto pelas crianças. As 17:00h elas saem da sala, brincam mais um pouco no parque e correm pelos corredores do Abrigo. É nesse momento que as crianças ficam mais à vontade e podem interagir mais livremente com as demais sem muita interferência dos adultos. As 18:00h tomam banho e assistem TV outra vez, enquanto aguardam a troca de plantões. Quando os funcionários do plantão noturno chegam, levam as crianças ao refeitório para jantar. Após o jantar as crianças são encaminhadas ao dormitório, e ali não acontece mais nada. Cada uma vai para sua cama ou berço, mesmo aquelas que não estiverem com sono.

Conforme referido anteriormente, à noite não é proposta nenhuma atividade para as crianças, que têm como única opção dormir. Os educadores que trabalham nesse turno, na maioria das vezes, têm outras atividades durante o dia, então quando chegam ao Abrigo já chegam cansados, assim vão lá, somente para dormir. Eles não têm iniciativa, e provavelmente não têm orientação para, nesse turno, realizar qualquer atividade com as crianças antes de dormir.

Para as crianças do berçário, que têm idade entre um e três anos a rotina é diferenciada, a depender do desenvolvimento que apresentam: as que já estão caminhando passam a manhã em uma sala, chamada sala de aula, com uma estagiária de pedagogia, como

11 - São atividades que não visam a competição como objetivo principal, mas a realização de uma tarefa de forma prazerosa; - existe sempre a presença de motivação para atingir os objetivos.

já foi enfatizado acima, e as que não caminham ficam nos berços; estas são postas no chão por pouco tempo, para engatinhar, ou dar os primeiros passos – o que fazem segurando nos berços. Às onze horas, quando as crianças que estavam fora do berçário retornam, todas tomam banho e almoçam.

Essa prática com as crianças do berçário contraria princípios fundamentais quanto ao desenvolvimento da criança. Primeiro, que a interação com adultos, sobretudo com aqueles colocam desafios – é fundamental para que o bebê possa se desenvolver física, emocional e intelectualmente; segundo, que o bebê apreende o mundo pelos sentidos e pelo movimento e por isso precisa de oportunidades para rolar no chão, se arrastar, engatinhar, enfim, para se movimentar (ABRAMOWICZ/ WAJSKOP, 1999).

Observando as crianças em idade de um a três anos, nos momentos de refeição verificamos que muitas delas, não têm ainda contato direto com o talher, elas recebem o alimento na boca, pelas educadoras; esse alimento, na maioria das vezes, é apresentado em forma de papa, ou seja, batido no liquidificador, o que não incentiva a mastigação da criança, nem contribui para a construção da sua autonomia. É importante que a criança tenha oportunidade de aprender fazendo, o que exige que ela interaja com o objeto de conhecimento, no caso, o alimento e a colher, mediado pelo adulto. Ao não possibilitar que isso ocorra os adultos acabam assim, negando a ela a possibilidade de ter iniciativa e deixam de atuar na sua zona de desenvolvimento proximal¹², conforme nos ensina Vygotsky (1996).

Observou-se que essas crianças quando completam idade superior a três anos, e são transferidas para o berçário de crianças de três a seis anos, são muito prejudicadas na hora de se alimentar, pois como não tiveram um contato anterior com os talheres, apresentam dificuldades na hora de comer. As crianças desse idade, no Abrigo, acordam da soneca da tarde às quinze horas, lancham e passam o restante do dia no quarto brincando, apesar de existir uma área que poderia ser usada para outras atividades, ou simplesmente para exploração. Mas isso não ocorre e, assim, se priva essas crianças de terem atendidas as suas necessidades de movimento como: correr, pular e de experimentar, investigar, de brincar livremente umas com as outras, aspectos tão importantes para o desenvolvimento e bem estar.

É importante ressaltar que são poucas as oportunidades oferecidas às crianças, para brincar, no Abrigo em destaque, o que resulta em sérios prejuízos à sua imaginação, equilíbrio

12 Zona de desenvolvimento proximal, segundo Vygotsky é a capacidade que a criança tem de desempenhar tarefas com a ajuda de um adulto ou de outro companheiro mais capaz.

emocional e ao desenvolvimento. Por meio da brincadeira, segundo Vygotsky a criança satisfaz necessidades imediatas, que nem sempre no plano real podem ser atendidas. A brincadeira, “cria nas crianças uma nova forma de desejo. Ensina-a a desejar, relacionando seus desejos a um eu fictício, ao seu papel no jogo e suas regras” (VYGOTSKY, 1991, p.144).

Ainda conforme esse autor, é intrínseca a relação da brincadeira com o desenvolvimento da criança. Segundo ele

se ignoramos as necessidades da criança e os incentivos que são eficazes para colocá-la em ação, nunca seremos capazes de entender seu avanço de um estágio do desenvolvimento para outro, porque todo avanço está conectado com uma mudança acentuada nas motivações, tendências e incentivos.(VYGOTSKY, 1991 p. 105)

Ainda sobre a rotina dos berçários, agora no que diz respeito às crianças com menos de um ano, observou-se que elas permanecem a maior parte do tempo nos berços; sendo retiradas apenas na hora do banho e na hora de comer. Nesse caso se aplicam as mesmas observações anteriormente realizadas quanto à necessidade de movimento e interações mais efetivas com os adultos. Merece destacar que essa prática relatada, comum na instituição, pode ser considerada como violenta em relação à criança. Os estudos atuais mostram que a criança já é movimento desde o ventre da mãe, e que este é um aspecto essencial para o seu desenvolvimento.

Cada berçário¹³ dispõe somente de dois funcionários, que trabalham no sistema de plantão. Os funcionários do berçário 1 chegam ao Abrigo às 6h, e começam a banhar as crianças, o que só termina por volta das 8:00h. Tem início, então, a tarefa de alimentá-las, o processo é lento porque elas são muito pequenas e demoram muito a sugar o alimento, isso faz com que haja muito choro, pois enquanto uma está sendo alimentada a outra já está com fome. Após a alimentação as crianças são levadas de volta aos berços e lá permanecem a maior parte do tempo, saem apenas nos momentos em que necessitam dos cuidados de higiene, na hora de comer ou quando as funcionárias têm um momento livre e as colocam um pouco no colo, o que parece acontecer como um favor ou por pena. Deve-se ressaltar que, parece não haver entendimento da importância desse gesto de colocar a criança no colo e com ela conversar e até ninar.

¹³ Todos os grupos de crianças – 0 a 1 ano, de 1 a 3 anos e de 3 a 6 – no Abrigo estudado é identificado como Berçário: B1, B2, B3.

Verificou-se que a rotina diária das crianças do Abrigo investigado só é modificada quando elas vão para o médico ou ao juizado e nos momentos de visita dos familiares. Com isso se quer enfatizar que para as crianças dos berçários 1 e 2 é somente nesses momentos que elas ficam um pouco mais de tempo fora dos berços. Já as crianças maiores de três anos ficam mais tempo fora dos berçários, têm inclusive mais oportunidades de saírem do Abrigo como quando fazem caminhadas nas praças do bairro, passeios, embora estes aconteçam esporadicamente, apenas nos períodos de férias escolares ou na semana das crianças. Elas saem também para eventos da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), do Núcleo de Apoio a Infância e ao Adolescente (NAIA), da Fundação Renascer ou do Ministério Público, evento esses que lhes proporcionam o encontro com seus irmãos que vivem abrigados em outras instituições devido a diferença de idade.

No que diz respeito à saúde das crianças abrigadas, o atendimento acontece na própria instituição. Há um consultório médico e uma enfermaria; duas médicas trabalham em sistema de revezamento: cada dia uma vai ao Abrigo e fica durante duas horas, alguns dias pela tarde e outros pela manhã, exceto domingos e feriados. Nesses dias as enfermeiras que trabalham em sistema de plantão ficam apreensivas, pois, além da ausência das médicas o Abrigo fica sem transporte de plantão e caso aconteça alguma emergência com as crianças é preciso chamar uma ambulância.

As crianças quando chegam ao Abrigo passam por uma triagem médica, para uma avaliação de saúde com o objetivo de identificar problemas como: carência alimentar, doenças parasitárias, moléstias infecto-contagiosas, etc. e, depois passam por um processo de higienização que consiste em cortar cabelo, unhas, limpar e fazer tratamento contra piolhos.

No entanto, foi possível observar que a própria instituição no seu dia a dia, no trato com as crianças, não respeita procedimentos básicos de higiene que são fundamentais à preservação da saúde das crianças. Verificou-se que não existe individualidade no que se refere ao uso do sabonete, da toalha e das roupas íntimas, o que geralmente faz com que quando surge alguma doença de pele, como escabiose¹⁴, muitas crianças acabam sendo infectadas.

14 - Doença de pele contagiosa causada por um ácaro chamado *Sarcoptes scabiei*, cujo tratamento exige cuidados especiais no que diz respeito a roupas pessoais e de cama, toalhas e sabonetes, além do uso de medicação.

Não há no Abrigo atendimento psicológico, que provavelmente seria de grande contribuição para as crianças, pois muitas delas precisam desse tipo de assistência, devido aos motivos que as levou ao abrigo. Isso certamente seria também de grande valia para orientar os funcionários quanto ao modo de lidar com elas.

As crianças com necessidades especiais são acompanhadas pelas médicas da instituição e têm seções de fisioterapia e equoterapia fora do Abrigo; o problema nesse atendimento é que, como essas crianças já estão grandes, as educadoras reclamam do peso na hora em que precisam transportá-las. No abrigo não há educador do sexo masculino que possa ajudar nesses momentos. Outro problema enfrentado com essas crianças é no momento do banho, tanto devido ao peso na hora de levá-las à banheira, como também, por que as banheiras só comportam crianças de até três anos, e em geral as que tem deficiência física se encontram na faixa etária de quatro a sete anos.

3.1.1-Relacionamento das crianças com os adultos e entre seus pares.

Aparentemente as crianças que têm menos de um ano são mais queridas, recebem mais momentos de carinho, são acompanhadas mais de perto pelos funcionários, que na medida do possível vão ao berçário ver como elas estão. Nos momentos das refeições a atenção é maior para com elas, até porque são as que mais precisam de ajuda. Há também uma preocupação maior para com a saúde dessas crianças menores, é tanto que a sala de enfermagem fica em frente ao berçário. Além disso, as visitas quando chegam passam a maior parte do tempo com os bebês, depois é que se dirigem ao local onde ficam as crianças maiores.

É difícil o contato das crianças com menos de um ano entre si. Cada uma permanece no seu berço a maior parte do tempo, além disso, estes possuem protetores laterais para impedir que elas não se machuquem quando rolarem de um lado para o outro, o que acaba impedindo também a visão delas; então, apenas as crianças que já sentam é que conseguem ver as colegas dos berços ao lado.

Verificou-se também alguns momentos de carinho, afeto, cuidado e atenção por parte dos adultos em relação às crianças entre um e três anos. Porém, por se tratar de crianças que já começam a ter vontade própria, alguns educadores não têm paciência, no momento em que elas choram – fato que acontece sempre - colocam a criança no berço e dizem que ela é

“chata”, “enjoada” “e insuportável”, muitas vezes não procuram nem saber o que a criança está sentindo.

As educadoras estão sempre com pressa na hora da refeição, até porque o número de funcionários é insuficiente para a quantidade de crianças, então é habitual nesse momento, quando a criança demora a comer, ouvir a seguinte observação: “se não quiser tem quem queira”, ou “se não comer logo, vai para o berço, pois tem muitos esperando para comer”. Uma demonstração de total desconhecimento de que cada criança tem seu ritmo próprio, e condição própria para realizar determinadas coisas.

As interações crianças/crianças no berçário causam impaciência nas educadoras. Na idade em que estão é natural que ocorram algumas brigas, quando estão brincando: se mordem, jogam os brinquedos umas nas outras. Por essa razão recebem punição, as mais “brigonas” são colocadas de castigo no berço o que resulta em muito choro. Vê-se que tais educadoras não compreendem o seu papel enquanto tal, de interferir, apaziguar, organizar, enfim de mediar. Não compreendem também que a superação do egocentrismo próprio da criança nessa fase exige uma interferência positiva por parte delas.

Quanto às crianças maiores, com idade entre três e sete anos, fica ainda mais complicada a convivência com os educadores, como também entre elas próprias.

A atuação dos educadores é sempre autoritária: eu mando e você tem que obedecer, pois sei o que é melhor para você. Esse tipo de relação é analisada por Foucault como técnica de controle e condicionamento do corpo com o objetivo de tornar o indivíduo dócil e útil, capaz de fazer o que se deseja (FOUCAULT 1987. p.126).

Além do autoritarismo é possível notar também a hostilidade que alguns educadores demonstram em relação a algumas crianças, e nem fazem por onde disfarçar: trata-as por apelidos e se omitem nos momentos em que elas deles precisam; reclamam das crianças a maior parte do tempo.

Quanto ao modo como essas crianças interagem entre elas próprias verificou-se que brincam, brigam, machucam uns aos outros, mas existem também momentos de companheirismo, o que se observa quando alguma delas tem que ir embora, os que ficam, sentem pela ausência do colega, principalmente, os que têm mais afinidades. Há caso de crianças que chegam ao Abrigo e são recebidas como irmão pelo colega abrigado, e essa relação dura o tempo que eles permanecem na instituição.

3.1.2-Maus tratos no abrigo

Durante a pesquisa houve casos de desligamento de funcionários, devido a maus tratos contra as crianças, o que é uma violência por várias razões, mas especialmente por estarem ali para serem protegidas de maus tratos sofridos pelos familiares; na maioria das vezes as crianças chegam à instituição com marcas de espancamento no corpo, o que só vem reafirmar a constatação de que os castigos físicos ainda são muito freqüentes contra as crianças, como indica a literatura consultada.

Nessa literatura observamos que os castigos físicos eram utilizados para produzir docilidade, o que demonstra que as crianças não aceitavam facilmente os dispositivos de disciplina impostos nas instituições. Contudo, no Brasil a abolição dos castigos corporais, desde o início do século XX, já era reivindicada no discurso de muitos educadores, pois a pedagogia moderna, por eles defendida, reivindicava novas formas de se lidar com as crianças (VIDAL, 2000).

No Abrigo investigado ainda é possível presenciar, situações de aperto forte no braço, puxão na orelha ou no cabelo, ou ainda, agressão verbal. As crianças que não se comportam de acordo com as ordens impostas, são castigadas com a exclusão: ficam no quarto, não podem sentar à mesa para comer com os demais, e se houver algum passeio elas não podem participar.

Foi possível perceber desse modo, que os castigos físicos ainda são freqüentes na referida instituição. Isso constitui um contrassenso, por vir de um lugar que deveria oferecer proteção às crianças que já são agredidas no seio familiar.

3.2 A atuação do Abrigo Santa Terezinha: em que consiste.

As crianças do Abrigo Santa Terezinha, recebem assistência médico pediátrico na própria unidade; são acompanhadas com consultas, controle de vacinas, fazem exames para prevenir doenças, principalmente as contagiosas, e têm internação hospitalar, quando necessário. A alimentação é preparada de acordo com a idade das crianças, sendo que algumas que deveriam estar mastigando ainda comem papinha. Para os momentos de lazer, as crianças têm disponíveis os espaços do Abrigo que lhes são permitidos com restrição, como citado acima, todas as terças e quintas-feiras, as crianças maiores passeiam na praça do bairro,

acompanhados pela professora de educação física. Durante as férias escolares há uma programação de passeios em diversos pontos da cidade, como: Parque da Cidade, Parque da Sementeira e Orla de Atalaia. Esses passeios acontecem somente quando tem transporte disponível.

As famílias das crianças também são assistidas pelos técnicos do Abrigo, que tentam inseri-las em programas criados pelo governo federal como bolsa família, para aquelas em situação de desestrutura financeira e nos programas de recuperação, aqueles familiares que são dependentes químicos.

No Abrigo investigado não houve caso de morte de crianças, apesar de ter ocorrência de crianças que chegam à instituição desnutridas, com problemas respiratórios, problemas de pele, e vários outros, muitos causados por falta de cuidado dos seus genitores. Geralmente elas conseguem se recuperar na instituição.

3.3 O dia de ver os pais.

O Abrigo, todas as sextas-feiras, abre as portas para visitação daqueles pais que são autorizados pela justiça. Nesse dia, eles têm o direito de passar boa parte da manhã com seus filhos, nas dependências do Abrigo: brincando, conversando, interagindo com a criança. Mas, esse encontro às vezes é frustrado; nem sempre os pais aparecem. Isso se torna doloroso, sobretudo para aquelas maiores de três anos. Foi observado que as crianças aguardam essa visita com muita excitação, mas geralmente quando chega o pai da primeira criança as demais, que têm esse direito ficam muito ansiosas, perguntando aos funcionários a que horas os familiares irão chegar, mas às vezes fica apenas a expectativa, pois muitos pais não vêm, então, as crianças ficam muito decepcionadas com isso e algumas choram muito. Outro momento de ansiedade é quando os pais ou familiares vão embora, nesse momento as crianças ficam muito chorosas, então é necessário um momento de atenção por parte dos funcionários para acamá-las.

Algumas crianças estão no Abrigo por mais de um ano e nunca receberam visitas. Ocorre também de pais chegarem alcoolizados, nos dias de visita. Nesses casos a visita é proibida pelo corpo técnico do Abrigo.

Nas observações realizadas nos dias de visita, foi possível notar pouca demonstração de afeto por parte de mães de crianças abrigadas, pois apesar de passar vários dias sem ter contato com os filhos, quando chegam algumas delas não o colocam nos braços, não conversam, nem brincam; outras colocam o filho no colo e põe logo para dormir, ao invés de aproveitar o momento que têm para curtir-los, o que pode ser indicador de desequilíbrio psicológico e emocional dessas mães; mas certamente de desconhecimento do quanto, momentos como esses representam para a criança.

Há um trabalho constante das Assistentes Sociais para incentivar os pais a serem mais participativos na educação e no desenvolvimento dos filhos, principalmente nos momentos de visita, que é o único que eles dispõem. Para isso, foi elaborada e distribuída entre os pais e familiares, na busca do fortalecimento dos laços afetivos, uma cartilha¹⁵ com informações sobre o que é o Abrigo, por que existe essa medida de proteção, qual o papel da família durante a medida de abrigamento, a importância da família no desenvolvimento da criança e suas obrigações de cuidar e educar os filhos.

3.4 A espera pela adoção.

Como já enfatizado neste estudo, existem casos de crianças que permanecem abrigadas por mais tempo do que o estabelecido pelo regimento interno do Abrigo. Há vários fatores que contribuem para que isso aconteça, um deles é quando a família é desestruturada financeiramente e não tem condições de suprir as necessidades básicas do filho, por isso, acaba perdendo sua guarda, e para reavê-la os pais precisam provar em juízo que tem condições de assumir a criança, então, nesse período em que os pais tentam se reerguer financeiramente, o filho fica na instituição; na maioria das vezes esse é um processo lento que dura anos.

Outro processo lento de retorno à família é quando os pais são usuários de droga ou são alcoólatras, nesse caso, as crianças só podem retornar quando a família realmente tiver condições psicológicas de garantir as condições materiais básicas de sobrevivência, proteção e educação. Nesse caso, enquanto os filhos estão abrigados, os pais são assistidos pelos Centros

15 Cartilha elaborada pelas estagiárias de serviço social, da Universidade Federal de Sergipe que atuaram no abrigo, no seu estágio curricular obrigatório com o projeto Família no Abrigo

de Atenção Psicossocial (CAPs)¹⁶. É importante enfatizar que esse atendimento não é de internação. Muitas vezes, esses pais chegam às reuniões aparentemente bem ou como dizem eles, “limpos”, porém, quando saem de lá, vão se render ao vício, o que torna esse processo de recuperação muito lento. Acontece que esses pais quando chegam ao Abrigo e percebem que os filhos estão supostamente bem cuidados, querem que eles ali permaneçam por mais “um pouquinho”, só que esse “pouquinho” às vezes dura tanto tempo que as crianças que alcançam a idade máxima permitida, acabam sendo transferidas para outros Abrigos e passam boa parte da infância vivendo em instituições. No período da observação foi possível acompanhar casos como esses, em que atualmente a criança está em outro Abrigo e sem perspectiva de sair.

Quando as crianças alcançam idade acima de sete anos, e são enviadas para outro Abrigo, é muito raro o caso de adoção, pois o fator idade geralmente dificulta esse procedimento. Enquanto a criança é pequena é mais fácil encontrar uma família adotiva, do que no caso anterior. Em geral, as famílias têm preferência por crianças pequenas, então, as maiores ficam sendo transferidas de Abrigo para Abrigo até alcançarem a maior idade e poder sair da instituição, muitas vezes despreparados para enfrentar o novo mundo que os espera.

Em evento realizado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) no mês de outubro, em comemoração ao dia das crianças, que reuniu todos os Abrigos de Aracaju e da Grande Aracaju, esse tipo de situação veio à tona, especialmente no que se refere ao Abrigo investigado. Algumas crianças que após alcançarem a idade máxima permitida para permanecerem na instituição investigada, foram transferidas para outras instituições, e hoje já são adolescentes com mais de quatorze anos de idade e continuam vivendo em situação de abrigamento. Por isso, a importância de que existam pessoas preparadas para lidar com essas crianças, pois em alguns casos o Abrigo é a única referência de vida para muitas que hoje já são quase adultas.

Diante dos dados apresentados, é importante ressaltar que a ação do Abrigo Santa Terezinha, no que se refere ao atendimento às crianças deixa muito a desejar. Há evidências de que essa instituição não se reconhece como educativa, assim, além de dispensar cuidados às crianças de forma precária, não oportuniza-lhes os desafios necessários a imaginação, à promoção da autonomia, da autoestima, à da identidade e o equilíbrio emocional necessário ao desafio de voltar a viver no ambiente familiar.

16 - O atendimento no CAPs, se dá através de acompanhamento clínico psicológico, que acontece periodicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ambiente de abrigo, é primordial ofertar as crianças abrigadas condições para seu pleno desenvolvimento, todavia, desde a origem do sistema de abrigo no Brasil, que é da época Colonial; esse ambiente não é visto como modelo educativo de crianças, tendo como objetivo, apenas retirá-las da rua ou do ambiente familiar que não lhe fosse seguro. Desconsiderando seus direitos de se desenvolver interagindo com outras crianças e adultos no ambiente institucional, sendo essas interações fundamentais para sua construção como cidadão.

Para tanto, procuramos analisar a situação das crianças abrigadas no Abrigo Santa Terezinha, observando de onde elas provêm e as situações em que se encontram e como ocorre a prática cotidiana no Abrigo, suas interações e os processos de interações no seu interior, por meio de um estudo de caso.

Concluindo que as famílias das crianças abrigadas, na sua maioria, possuem baixa escolaridade, são poucos os que trabalham, e quando trabalham a remuneração é insuficiente para suprir as necessidades básicas da família, geralmente o número de filhos por família é superior a três, algumas não possuem moradia, o que os levam a viver nas ruas, embaixo de viadutos ou em qualquer outro espaço público. Por esses motivos, alguns vivem de mendicância ou sujeitam-se a qualquer situação que lhes garantam a sobrevivência.

Normalmente essas crianças que chegam a instituição presenciaram ou foram vítimas de violência, muitas vezes motivadas pelo consumo de drogas. Essas atitudes muitas vezes refletem no comportamento e na vida das crianças, que por serem indefesas acabam sendo as principais vítimas desses transtornos. Esses pais transtornados por muitas vezes usam da violência física ou psicológica como forma de auxiliar na “educação” ou de repreensão dos filhos, sendo estes, um dos principais motivos de abrigo na instituição pesquisada.

No entanto, quando chegam ao Abrigo para serem protegidas, passam a viver outra realidade, onde o que aparenta ter menos importância são seus direitos e vontades, enfrentando vários outros problemas. Foi observado que o importante na instituição é a ordem, ou seja, a organização do ambiente, a hierarquia e o controle, para que saibam quem manda e tem o controle total da situação. Então como relacionar essas atitudes com reintegração social da criança? O que é que está sendo oferecido a elas para que tenham como referência importante quando saírem do abrigo?

Quando o momento de raiva for relacionado à agressão física, essa será sempre a resposta a essa situação. Se suas manifestações externa, sempre são repreendidas ela dificilmente conseguirá se expressar; quando as crianças têm livre expressão elas parecem mais ativas; tem facilidade em fazer amigos, tem senso de humor, sentem orgulho por contribuir e são mais felizes. É importante ressaltar que o respeito pelo desenvolvimento da criança, deve ser priorizado em todas as situações seja ela abrigada ou não. (WADSWORTH, 1992)

Porém essa não foi uma realidade observada no Abrigo pesquisado, pois o que é proposto para a criança, geralmente não leva em consideração o seu desenvolvimento, cognições e suas necessidades; mais sim o que é conveniente aos adultos. Na maioria das vezes o que é conveniente a eles não é o que agrada as crianças.

Não querendo com isso generalizar, enfatizando que todos os funcionários agem com indiferença em relação à educação da criança abrigada, pois, existem aqueles que realmente se preocupam com a educação que é oferecida a elas. Mas a realidade é que muitos deles entendem que a finalidade do Abrigo é apenas de assistência, e que assistir não é educar, com esse estudo pretendo esclarecer que, qualquer atitude de um indivíduo em relação a outro que se encontra em processo de formação, é educação, e que é obrigação do educador interagir com as crianças em todos os momentos para contribuir no seu processo de formação do conhecimento, principalmente com a reintegração dessa criança à sociedade.

Apesar do processo de abrigamento ser reconhecido como uma medida de proteção provisória, foi constatado na pesquisa que existem casos em que a criança permanece por muito tempo na instituição, então deve haver um comprometimento da instituição, com o crescimento pessoal, social, intelectual e físico da criança.

REFERENCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; WAJSKOP, Gisela. Educação Infantil: creches: atividades para crianças de zero a seis anos. 2ª ed. São Paulo, Moderna, 1999.
- ARIÉS, Philipe. **História Social da Criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar editora, 1988.
- BERGER, Maria Virgínia Bernardi **Aspectos Históricos E Educacionais Dos Abrigos De Crianças E Adolescentes: A Formação Do Educador E O Acompanhamento Dos Abrigados** Revista HISTEDBR On-line . Campinas, n.18, p. 170 - 185, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584 Acessado em 21/10/2010.
- BISPO, Alessandra Barbosa. **A educação dos menores abandonados em Sergipe: a Cidade de Menores “Getúlio Vargas” (1939-1954)**. São Cristóvão: UFS/DHI. Monografia de conclusão de curso. 2003.
- FOUCAULT. Michel, **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Ligia M. Pondé. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.
- FREITAS, Marcos Cesar, **Historia social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro jardim de infância de Sergipe: contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942)**. São Cristóvão (SE), 2004. (Dissertação de Mestrado). NPGED/UFS
- LIMA, Ana Paula dos Santos. A primeira instituição municipal de educação infantil em Aracaju: José Garcez Vieira (1944-1970). In. **Anais da VI Jornada Nacional do Grupo de Estudos e Pesquisas - História, Sociedade e Educação no Brasil**. HISTEDBR. Ponta Grossa, Paraná: UEPG, 2005. CD/ROM
- LIMA, Solyane Silveira, **Uma maneira de proteger e educar”: Casa Materna Amélia Leite**). São Cristóvão - SE. (Dissertação de Mestrado). NPGED/UFS 2009.
- OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de(Org.). **Educação Infantil: muitos olhares**. 3ª ed.-São Paulo. Cortez, 1996.
- _____[et al.]. **Creches: crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis – RJ. Vozes, 1992.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo. Scipione, 2008.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**.3ªd. São Paulo: Contexto,2002.
- RIZZINI, Irene, **Século Perdido: raízes históricas das políticas publicas para a infância no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

RIZZINI, Irma, **Assistência a Infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de, SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.) **Infância Invisível** Araraquara- SP Junqueira&Marim, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In. LOPES, Eliane M.T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VYGOTSKY, Lev S. **Formação Social da Mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1991.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1992.

WEFFORT, Madalena Freire. **A paixão de conhecer o mundo: relatos de uma professora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DOCUMENTOS:

Documentos Históricos da Fundação Renascer do Estado de Sergipe.

FEBEM. Boletim informativo, ano I, n.1, março de 1978

Lei Ordinária nº 2.960, de 09 de abril de 1991. Disponível em: www.pge.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=447. Acesso em: 27/11/2010.

PIA - Plano Individual de Atendimento.

SEIDS. Proposta para o Reordenamento das Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, do Estado de Sergipe.